

Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO E CONSULTORIA EM PLATAFORMA INTEGRADA OFICIAL DO MUNICÍPIO PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES, TRANSPARÊNCIA, COMUNICAÇÃO, ATENDIMENTO, DIVULGAÇÃO E TRAMITAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS NO FORMATO SaaS.

Torna-se público que o Município de Cambuí/MG – Poder Executivo, por meio do Departamento de Licitações, sediado na Praça Coronel Justiniano, nº 164, centro da Cambuí/MG, mediante o(a) Pregoeiro (a) Sr (a). Carla Nogueira Dias e Membros da Equipe de Apoio o Sr. Adilson Pereira da Silva, Sra. Camila de Fátima Almeida Guedes, Sr. Flávio José Gallerani Ribeiro, Sr. Leonardo Fabricio da Rosa e Sra. Luana Moreira Garcia, todos designados pela Portaria N.º 121 de 16 de janeiro de 2025, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, bem como Decreto Municipal 39/2023, Decreto Municipal 45/2023 e Decreto Municipal 47/2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

CADASTRO DE PROPOSTAS INICIAIS ATÉ: 07/04/2025 às 08h00.

ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTAS - INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: 07/04/2025 ÀS 08h30.

O pregão será conduzido pelo(a) Pregoeiro(a) Sr(a) CARLA NOGUEIRA DIAS, com auxílio das equipes de apoio.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).LOCAL:

www.novobbmnet.com.br

MODO DE DISPUTA: Aberto

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO ITEM

- ◆ O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa Brasileira de Mercadorias.
- ♦ Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do Município de Cambuí, denominado Pregoeiro,

mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercadorias www.novobbmnet.com.br

Praça Coronel Justiniano, 164 - Centro www.prefeituradecambui.mg.gov.br 37.600-000 - Cambuí-MG



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO № 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

• O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

OBSERVAÇÃO: LICITANTES podem entrar em contato através do telefone (11) 3113-1900 RAMAL 2 para suporte da plataforma BBM.

1. DO OBJETO

1.1 Tem por objeto o presente edital de Pregão Eletrônico, a contratação de empresa especializada em fornecimento e consultoria em plataforma integrada oficial do município para divulgação de informações, transparência, comunicação, atendimento, divulgação e tramitações internas e externas no formato SaaS, por um período de 12 (doze) meses, nas condições descritas no ANEXO 01 – Termo de Referência do Edital.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Poderão participar desta Licitação, conforme **ANEXO 01** Termo de Referência, qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que sejam especializadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos e sejam detentoras de senha para participar de procedimentos eletrônicos junto a Bolsa Brasileira de Mercadorias.
- 2.2 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Plataforma BBMNET Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço www.novobbmnet.com.br.
- 2.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO № 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

- 2.4 Para todos os lotes com valor que não utlrapassem R\$80.000,00 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 2.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual -MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 2.6 Será vedada a participação de interessados declarados inidôneos para licitar e contratar com o poder público e/ou suspensos de participar de licitações realizadas pela Administração Pública, bem como empresas concordatárias ou em processo de falência, em dissolução ou em liquidação, além de todas as vedações dispostas na Lei 14.133/2021;

3. DO EDITAL

- 3.1 O presente Edital se submete integralmente ao disposto na Lei Complementar Nº 123/06 atualizada pela Lei Complementar Nº 147/14, atendendo o direito de tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a Lei 14.133/2021.
- 3.2 Compõem este Edital, os seguintes anexos:

ANEXO 01	Termo de Referência
ANEXO 02	Documentos necessários para Habilitação
ANEXO 03	Minuta do Contrato
ANEXO 04	Declaração Geral
ANEXO 05	Declaração ME/EPP



5

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

4 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1 Para Julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até o fim do recebimento de propostas.
- 5.2 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.1.1 Cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
- 5.1.2 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
- 5.1.4 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal:
- 5.1.5 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei 8.213/1991, bem como do aprendiz, nos termos do artigo 429 da CLT.
- O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

5.3 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

- **5.3.1.** Para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "nenhuma", produzirá o efeito de <u>declínio</u> do licitante ao direito de tratamento de favorecimento previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.4 A falsidade da declaração de que trata os **itens 5.2.** ao **5.3.** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.5 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.6 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes participantes, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.
- 5.7 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.8 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.
- 5.9 Os documentos exigidos conforme Anexo 02 deste edital para fins de habilitação deverão ser apresentados por meio eletrônico, via Sistema BBMNET, www.novobbmnet.com.br, no momento oportuno.
- 5.10 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, dentro do período estabelecido para o recebimento de proposta.



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

6 DO PREENCHIMENTO E ENVIO DA PROPOSTA

- 6.1 As licitações aptas para o recebimento de propostas estão disponíveis na Plataforma BBMNET nomenu "Sala de Disputa", no campo das licitações na coluna (menu) da etapa "Aberto para receber propostas".
- 6.1.1 O licitante interessado poderá utilizar filtros de buscas e selecionar o lote/item de interesse e, posteriormente preencher os campos exigidos no sistema e finalizar no comando "enviar proposta".
- 6.1.2 O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento prévio das informações exigidas no Sistema.
- 6.1.3 O Acesso para participar das licitações está condicionado ao cadastro prévio do interessado na Plataforma BBMNET Licitações (www.novobbmnet.com.br).
- 6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.
- 6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO № 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO № 15/2025

- 6.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.9 O eventual sobrepreço ou superfaturamento da proposta ou lance poderá ser objeto de apuração de responsabilidade.
- 6.10 A ficha técnica, quando obrigatória, será enviada através de comando próprio disponível no Sistema ao licitante. A ficha técnica deverá ser preenchida informando a marca e a descrição completa dos produtos ou serviços ofertados.
- **6.10.1.** O licitante **não poderá em hipótese nenhuma se identificar na ficha técnica**, sob pena de desclassificação.

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2 Quando autorizado e devidamente justificado pelo pregoeiro, os licitantes poderão alterar a proposta anteriormente inserida no sistema durante a fase de análise de propostas.
- 7.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.3 A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo, podendo a mesma ser desclassificada na fase de aceitação fundamentada e registrada no sistema.
- 7.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.5 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.
- 7.6 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

Praça Coronel Justiniano, 164 - Centro www.prefeituradecambui.mg.gov.br 37.600-000 - Cambuí-MG



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO № 15/2025

- 7.7 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário item.
- 7.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.9 O licitante poderá oferecer lances iguais ou superiores ao já ofertado pelos outros licitantes (lance intermediário), desde que seja inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.10 O procedimento seguirá de acordo com o MODO DE DISPUTA ABERTO.
- 7.11 No pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA "ABERTO"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.12.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se- á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.12 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.13 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.14 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8 DO JULGAMENTO E NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO № 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

- 8.1 Encerra da a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada para o fim de aplicarse o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 8.1.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.1.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.1.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, parao exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.1.4 Não se aplicará o desempate de que tratam os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, quando a primeira colocada também tiver se declarado microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 8.1.5 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade (compliance), conforme orientações dos órgãos de controle.
- 8.1.6 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 8.2 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 8.2.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

Será desclassificada a proposta que após negociação:

- a) contiver vícios insanáveis;
- não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação:
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.2.3 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado.
- 8.2.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

Praça Coronel Justiniano, 164 - Centro <u>www.prefeituradecambui.mg.gov.br</u> 37.600-000 - Cambuí-MG



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

- 8.3 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.3.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.4 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.5 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 8.5.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.5.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9 DA PROPOSTA READEQUADA

- 9.1 O pregoeiro solicitará ao licitante **VENCEDOR** que, no prazo de **03 horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, em campo próprio do Sistema, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- **9.1.1.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 9.2 A PROPOSTA COMERCIAL, deverá ser enviada, em 01 (uma) via, rubricada em todas as

Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO № 29/2025 PREGÃO ELETRÔNICO № 15/2025

folhas e a última assinada pelo representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo os seguintes elementos:

- 9.2.1 Descrição completa do produto ofertado contemplando a marca
- 9.2.2 Preços unitários, **contendo no máximo 02 (duas) casas decimais,** e totais dos lotes, expressos em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação, incluindo além do lucro, todas asdespesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo,número de telefone, número de agência e conta bancária, além da indicação de e-mail para envio da Autorização de Fornecimento e Ata de Registro de Preços;

10 DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 10.1 Encerrada a etapa de aceitação da(s) proposta(s), o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **2.5. do edital**, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante pesquisa realizada junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (condenações cíveis por atos de improbidade administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública
- **10.1.1.** O não cumprimento das condições de participação, acarretará a desclassificação da licitante, bem como as sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.
- 10.2 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 10.3 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar enquadre-se no tratamento



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro obedecerá ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 23/06.

- 10.4 Havendo dúvida sobre a veracidade do documento, será exigida a apresentação dos originais não- digitais.
- 10.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 10.6 Eventual inabilitação do licitante será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.
- 10.7 Após a vinculação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:
- 10.7.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 10.7.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 10.8 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e

acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 10.9 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma propostaque atenda ao presente edital.
- 10.10 Verificada a conformidade dos documentos apresentados, o licitante será declarado VENCEDOR.

PROVA DE CONCEITO E VALIDAÇÃO EM TESTE DE CONFORMIDADE



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

Conforme legislação e normativas vigentes, a prova de conceito não constitui item de habilitação, se aplicando como pré-requisito para homologação (artigo 17, § 3°), onde o vencedor provisório do processo precisará provar que atende os requisitos mínimos deste TR.

A Prova de Conceito será efetuada através de convocação ao vencedor provisório deste processo em data e horário a ser definido exclusivamente por esta municipalidade para apresentação presencial na sede da contratante, em até 03 (três) dias corridos após o licitante ser declarado vencedor provisório.

A empresa vencedora provisória deverá disponibilizar um representante, com equipamento próprio para demonstração do sistema e comprovação que atende os requisitos deste TR e a contratante disponibilizará uma sala com acesso à Internet.

Para efeito de prova de conceito será necessário apresentar os itens através de sistema ou site online comprovadamente desenvolvido e mantido pela Contratada.

IMPORTANTE: Apresentações de recursos que estejam na interface do cliente, como no caso de portais municipais, deverão ter assinatura da licitante. Já nos casos de serviço de e-mail, CMS, processos e demais sistemas, esses deverão estar em consonância com os registros INPI conforme item 4 desse TR, demonstrando ser programa de computador de propriedade intelectual da licitante, sob pena de desclassificação.

A prova de conceito deverá ser conduzida da seguinte forma:

- A licitante apresentará item por item, na ordem estabelecida nas tabelas a seguir;
- À critério da equipe da contratante, os itens apresentados poderão ser testados, simulando situações reais de gravação, alteração, visualização e etc. ou ainda solicitado esclarecimentos complementares para que possam formar opinião inequívoca se aquele item foi atendido na íntegra ou não;
- Para cada item, no campo ao lado da lista, será marcado Sim ou Não para atendido;
- Será aprovada a empresa que conseguir atender o mínimo de 95% (noventa e cinco por cento)
 das funcionalidades da tabela:

Praça Coronel Justiniano, 164 - Centro <u>www.prefeituradecambui.mg.gov.br</u> 37.600-000 - Cambuí-MG



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO № 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

- Caso a empresa tenha ficado na média entre 95,01% e 99,99% ainda estará aprovada, mas ficará advertida que os itens faltantes deverão ser produzidos e entregues até a implantação;
- Caso a empresa não tenha atingido o mínimo exigido (nos casos de 94,99% ou inferior), estará desclassificada e a próxima colocada será convocada.

11 DOS RECURSOS

- 11.1 Proferida a decisão que declarar o vencedor, o Pregoeiro informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema.
- 11.2 Havendo interposição de recurso, o Pregoeiro por mensagem lançada no sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais com as razões de recurso, **no prazo de 03 (três) dias** após o encerramento da sessão pública, e aos demais licitantes que poderão apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação de memoriais, sendo-lhes assegurada vista dos autos físicos.
- **11.3** Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos exclusivamente por meio eletrônico, na **opção RECURSO** e a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada diretamente no site www.novobbmnet.com.br ou por e-mail ao licitacoes@prefeituradecambui.mg.gov.br, aos cuidados do Pregoeiro responsável pelo certame, observados os prazos estabelecidos no **subitem 11.2.**
- 11.4 A falta de interposição de recurso importará a decadência do direito de recurso e o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.
- 11.5 Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro encaminhará os autos devidamente fundamentado à autoridade competente.
- 11.6 O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.7 Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO № 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

12 DAS SANÇÕES

12.1 Cancelamento do Registro de Preço:

- 13.1.1 O cancelamento do Registro de Preço, poderá se dar por ato unilateral e escrito da Administração, quando:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não receber a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) sofrer alguma das sanções previstas neste Edital.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens a, b, c e d do item 13.1.1, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.2 Extinção dos contratos:

- 13.2.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

Praça Coronel Justiniano, 164 - Centro <u>www.prefeituradecambui.mg.gov.br</u> 37.600-000 - Cambuí-MG



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

- g) atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- i) não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

12.2 Do impedimento de licitar e contratar:

- 13.3.1 Ficará impedida de licitar e contratar, nos termos do artigo 156, III da Lei 14.133/2021, pelo prazo de até 3(três) anos, a pessoa física ou jurídica que praticar as seguintes infrações legais previstas no artigo 155:
- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

12.3 Das multas:

- 13.3.1 Até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do empenho, no caso de inexecução total ou 5% (cinco por cento) no caso da inexecução parcial do objeto contratado sobre o valor da obrigação não cumprida.
- 13.3.2 O atraso injustificado na entrega dos materiais, sem prejuízo do disposto no **13.3.1**, sujeitará a contratada/detentora à multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida,



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

- a) de 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias corridos;
- b) superados os 15 (quinze) dias corridos, a partir do 16º a multa será de 1% (um por cento) ao dia, limitado a 30 (trinta) dias corridos e aplicada em acréscimo à do **subitem "a)".**
- c) após 30 (trinta) dias corridos, fica caracterizada a inexecução total, aplicando-se o disposto no **item**
- 12.3.1. cumulativamente a este.
- d) O material não aceito deverá ser substituído dentro do prazo fixado pela administração, que não excederá a 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação.

Parágrafo único – A não ocorrência de substituição ou regularização dentro do prazo estipulado ensejará a aplicação da multa prevista no **subitem "a)"**, considerando-se a mora nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido deste item.

- 13.3.3 O pedido de prorrogação de prazo final da entrega dos materiais somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente.
- 13.3.4 As multas referidas neste Edital não impedem a aplicação de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 13.4 Da Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar:
- 13.4.1 Será considerado inidôneo para licitar e contratar, nos termos do artigo 156, IV da Lei 14.133/2021, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis), a pessoa física ou jurídica que praticar as infrações legais previstas no artigo 155, incisos VIII ao XII do mesmo diploma legal:
- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Praça Coronel Justiniano, 164 - Centro www.prefeituradecambui.mg.gov.br 37.600-000 - Cambuí-MG



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO № 29/2025 PREGÃO ELETRÔNICO № 15/2025

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.4.2 A sanção estabelecida 13.4.1, será precedida de análise jurídica, considerando reincidências de faltas, sua natureza e gravidade, e observará as regras previstas do § 6º ao § 9º do Art. 156 da Lei 14.133/2021.

14 DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

- 14.3 Os **ESCLARECIMENTOS** deverão ser formalizados por meio de requerimento endereçado à(s) Autoridade(s) subscritora(s) do Edital, devendo ser protocolado **no prazo de até 03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para recebimento das propostas, em campo próprio da Plataforma 1Doc Protocolo Digital de Documentos, <u>www.bbmnet.com.br</u>, ou pelos endereços de e-mail, <u>licitacoes@prefeituradecambui.mg.gov.br</u>, com ASSUNTO: <u>Esclarecimentos em Licitação.</u>
- 14.4 As IMPUGNAÇÕES deverão ser endereçadas à(s) autoridade(s) subscritora(s) do Edital e protocoladas no prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, da mesma forma estipulada no item anterior, ASSUNTO: Impugnação de Edital de Licitação.
- 14.5 Os arquivos encaminhados deverão estar em PDF do tipo "pesquisável" e assinados digitalmente pelo representante legal da empresa.
- 14.6 As dúvidas a serem esclarecidas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.
- 14.7 As impugnações ao edital e os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados também, na forma eletrônica, via Sistema BBMNET.
- 14.8 As impugnações e os esclarecimentos serão respondidos pelo(s) subscritor(es) de Edital e disponibilizados aos interessados no Sistema BBMNET e no site https://www.prefeituradecambui.mg.gov.br/ opção transparência, no **prazo de 03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

15 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 15.2 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 15.3 É facultado ao Pregoeiro ou a autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 15.4 Os proponentes intimados a prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 15.5 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 15.6 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.7 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou ainda, mediante publicação.
- 15.8 Os casos omissos neste Edital, serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.
- 15.9 A presente licitação será homologada, anulada ou revogada pela autoridade competente nos termos do Decreto Municipal nº 47/2023.
- 15.10 A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

15.11 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

- 15.12 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.13 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.14 O licitante vencedor deverá assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da convocação formal realizada pelo órgão contratante.
- 15.15 O não cumprimento desse prazo sem justificativa aceita pela Administração Pública resultará na perda do direito à contratação, ficando a Administração autorizada a convocar a empresa classificada em segundo lugar, observada a ordem de classificação e as condições originalmente propostas.
- 15.16 A empresa que deixar de assinar o contrato dentro do prazo estabelecido poderá estar sujeita às sanções previstas na legislação vigente, incluindo sua possível suspensão do direito de participar de licitações e contratações com a Administração Pública.
- 15.17 O Manual de operações da Plataforma BBMNET Licitações encontra-se disponível aos interessados no Portal www.novobbmnet.com.br.
- 15.18 Dúvidas ou esclarecimentos adicionais sobre o uso da Plataforma BBMNET Licitações podem ser obtidas nos canais de atendimento da Plataforma BBMNET Licitações, por e-mail, whatsapp, telefone e chat disponíveis no Portal www.novobbmnet.com.br.
- 15.19 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.20 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas
- (PNCP) e endereço eletrônico http://www..prefeituradecambui.mg.gov.br.
- 15.21 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

será o da Comarca de Cambuí/MG.

15.22 O Pregoeiro atenderá os interessados no horário das 9 h às 11 h e das 13 h às 17 h, de segunda a sexta-feira exceto feriados, na Prefeitura Municipal de Cambuí, no Departamento de Compras e Licitações para melhores esclarecimentos a respeito do presente Edital.

15.23 A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação.

15.24 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

Prefeitura de Cambuí, aos 26 de fevereiro de 2025.

SEBASTIÃO MARIO DE MOURA

Ordenador(a) de despesas/Secretaria de Administração e Fazenda

ANEXO 1 TERMO DE REFERÊNCIA

Praça Coronel Justiniano, 164 - Centro <u>www.prefeituradecambui.mg.gov.br</u> 37.600-000 - Cambuí-MG



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

Esse documento limita-se ao detalhamento de parâmetros técnicos, quantitativos e cronológicos. Outras questões estão detalhadas no ETP e demais anexos complementares do processo.

1 - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada em fornecimento e consultoria em plataforma integrada oficial do município para divulgação de informações, transparência, comunicação, atendimento, divulgação e tramitações internas e externas no formato SaaS, conforme exigências discriminadas no TR anexo.

2 - DA ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 2.1. Conforme consta na lei de licitações (14.133/21), em seu capítulo II, seção I, artigo 18, a contratação desse serviço seguirá apuração anual, ficando proibida recomposição financeira do contrato em prazos inferiores a 12 (doze) meses, salvo em situações de mudança de escopo limitando-se às legislações vigentes. A cada eventual renovação por igual período, fica definido que o reajuste financeiro estará limitado ao IPCA (Índice de preços ao consumidor amplo) ou índice oficial que venha a substituí-lo com objetivo exclusivo de recomposição inflacionária. O contrato será firmado com prazo de 12 (doze) meses, renovável seguindo a limitação decenal caso seja de interesse mútua das partes, conforme artigos 106 e 107 da lei de licitações.
- 2.2. Por serem serviços no formato SaaS, com a grande maior parte dos serviços envolvendo as plataformas já prontas dos fornecedores, sem relevantes desenvolvimentos sob medida, a entrega deverá ocorrer em até **5 (cinco) dias**, a contar da contratação, contemplando os serviços:
- Migração de e-mail;
- Migração de dados do portal;
- Migração de dados das ferramentas de comunicação, protocolo, processos, ouvidoria, SIC e zeladoria;
- Disponibilização de aplicativos Apple e Android;
- Entrega e configuração do(s) novo(s) ambiente(s):
- Treinamento presencial;
- Inícios dos serviços complementares, conforme íntegra descrita no item 5 desse TR.

3 - DAS OBRIGAÇÕES

3.1. CABERÁ AO MUNICÍPIO:

- 3.1.1. Permitir acesso dos empregados da Contratada às dependências da Prefeitura Municipal para a execução do objeto;
- 3.1.2. Impedir que terceiros executem o objeto;
- 3.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada para a execução do objeto;
- 3.1.4. Rejeitar o objeto caso não apresentem condições adequadas;

Praça Coronel Justiniano, 164 - Centro <u>www.prefeituradecambui.mg.gov.br</u> 37.600-000 - Cambuí-MG



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO № 29/2025 PREGÃO ELETRÔNICO № 15/2025

- 3.1.5. Solicitar a reexecução do objeto, mediante comunicação a ser realizada pela Setor Requisitante;
- 3.1.6. Comunicar à Contratada, qualquer irregularidade na execução do objeto e interromper o mesmo se for o caso;
- 3.1.7. Solicitar, por intermédio de Autorização de Fornecimento expedida pela Gerência de Compras deste órgão, a execução do objeto;
- 3.1.8. Efetuar o pagamento conforme especificado no contrato.

3.2. CABERÁ À CONTRATADA:

- 3.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução, tais como: salários; seguros de acidentes; taxas, impostos e contribuições; indenizações; vale refeição; vale transportes e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo governo;
- 3.2.2. Manter, ainda, os seus empegados identificados por crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da Prefeitura Municipal;
- 3.2.3. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal;
- 3.2.4. Responder pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal o e/ou aos patrimônios da mesma, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados, durante a execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal;
- 3.2.5. Comunicar o Município, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 3.2.6. Manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 3.2.7. Não serão aceitos atrasos com execução do objeto;
- 3.2.8. Conforme parágrafo segundo, do artigo 122 da lei 14.133/2021, fica proibida a subcontratação de serviços relevantes à manutenção do objeto oferecido pela proponente. Entende-se por relevantes os serviços cuja qualidade comprometem diretamente o perfeito funcionamento dos serviços, entende-se

como permitidos para subcontratação serviços cuja qualidade não compromete de forma direta o serviço a ser prestado:

3.2.9. Não será admitida, conforme o item 3.2.9, a subcontratação de Data Center externo, ou seja, a própria contratada deverá conter toda a infraestrutura de hospedagem de todas os serviços, incluindo o serviço de e-mail, visto que esse é um serviço que impacta diretamente na execução do objeto. A contratada deverá ter redundância de rede, redundância energética, SLA de no mínimo 99% a.m. e rotinas de backup e segurança.



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

4 – HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 4.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
 - 4.1.1. Conforme a Lei nº 9.609/1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.556/1998, as empresas participantes deverão apresentar em fase de habilitação, registro de programa do software emitido pelo INPI ou órgão similar a favor da empresa participante, comprovando que a empresa é detentora dos direitos intelectuais da(s) plataforma(s) que fornecerá para a Prefeitura. Essa exigência visa resguardar essa municipalidade quanto a possibilidade de eventual contratação de solução vendida sem autorização do proprietário ou ainda baseada em plágio integral, plágio parcial ou ainda que possua partes de códigos classificados como "código aberto" ou extraídos de bibliotecas de Internet por constituírem "códigos públicos" e oferecerem riscos relativos à propriedade intelectual e também de segurança.
- 4.2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado em papel timbrado contendo a nome e função do emitente, sendo exigido ao menos uma ocorrência para cada um dos serviços, ainda que não conste exatamente os itens a seguir, os serviços deverão ser similares das seguintes parcelas de maior relevância:
 - 4.2.1. Serviço de Ouvidoria;
 - 4.2.2. Serviço de Zeladoria;
 - 4.2.3. Serviço de Pedidos de Informações (SIC);
 - 4.2.4. Serviço de Portal Municipal;
 - 4.2.5. Serviço de PAT Municipal (Vagas de emprego);
 - 4.2.6. Serviço de Diário Oficial Eletrônico;
 - 4.2.7. Protocolo online:
 - 4.2.8. Serviço de Aplicativo (Apple e Android);
 - 4.2.9. Serviço de Hospedagem própria, conforme item 3.2.10 do TR;
 - 4.2.10. Serviço de E-mail.
- 4.3. Pelo menos 01 (uma) comprovação adicional de segurança, que demonstre que a proponente possui experiência notória em segurança anti-hackers através de atestado técnico pertinente em seu nome, contendo de forma clara a descrição de serviços de prevenção, monitoramento, mitigação de ataques hackers e afins. Como opção para essa prova, caso a proponente não possua atestados com esse teor, poderá apresentar relatório tipo *pentest* em seu nome, emitido por empresa de segurança terceirizada, comprovando que os serviços de hospedagem da proponente já foram submetidos e aprovados por ataques de hackers éticos com a finalidade de oferecer maior segurança para essa municipalidade.
- 4.4. A empresa deverá apresentar o corpo técnico que atuará no projeto com ao menos os seguintes profissionais com as seguintes competências e formações:
 - 4.4.1. 02 (dois) profissionais da área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, com graduação de nível superior na área de informática para que seja demonstrada a capacidade de promover ajustes e sustentação técnica das plataformas ao longo do contrato, bem como promover consultoria na área



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO № 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

técnica referente a programação, usabilidade, performance e demais questões pertinentes a essa área, dentro do escopo do projeto;

- 4.4.2. 01 (um) profissional da área de Suporte Técnico em Ambiente de Redes de Computadores, com graduação de nível superior na área de informática para que seja demonstrada a capacidade de gestão da infraestrutura de rede, rotinas de segurança, monitoramento das plataformas, bem como promover consultoria nesse segmento, dentro do escopo do projeto;
- 4.4.3. 01 (um) Ouvidor, com formação específica na área, comprovada por certificação de carga horária mínima de 200 (duzentas) horas, para prestar consultoria nas questões relacionadas ao acolhimento e tramitação de manifestações dentro da plataforma fornecida no que tange às conformidades legais e de boas práticas;

Referente às comprovações acima, para cada profissional, apresentar:

- a) Cópia dos diplomas e certificados que comprovem a formação na área, dentro dos parâmetros exigidos.
- b) A comprovação do vinculo profissional se dará por meio de cópia da carteira de trabalho, contrato social do licitante, contrato de prestação de serviços, ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor de atestado de capacidade técnica, desde que acompanhada de anuência deste, conforme jurisprudência do TCU.
- c) Nos termos do § 6º do art. 67 da Lei 14.133/21, os profissionais indicados pela licitante deverão participar dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

5 – DESCRITIVO TÉCNICO (EXIGÊNCIAS MÍNIMAS)				
Item	Descrição	Unidade de Medida	Qtde	Valor total
01	Contratação de empresa especializada em fornecimento e consultoria em plataforma integrada oficial do município para divulgação de informações, transparência, comunicação, atendimento, divulgação e tramitações internas e externas no formato SaaS, conforme exigências discriminadas no TR anexo.	Serviço mensal	12	R\$ 62.0000,04

5.1 Itens referentes aos recursos de atendimento ao cidadão e recebimento de manifestações:



Estado de Minas Gerais

PROCESSO Nº 29/2025	PREGÃO ELETRÔNICO № 15/2025
1. Itens ge	rais
1.1.	Atender integralmente a lei federal número 13.460/2017 (Lei de Defesa do Usuário do Serviço Público).
1.2.	Atender integralmente a lei federal número 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação Pública).
1.3.	Atender integralmente a lei federal número 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção aos Dados).
1.4.	Deverá estar em conformidade integral com eventuais outras legislações federais que sejam obrigatórias para ferramentas dessa natureza, dentro do escopo delineado por essa municipalidade.
1.5.	Funcionar integralmente na nuvem, sem a necessidade de instalação em redes locais ou dispositivos pessoais de seus usuários.
1.6.	Deve possuir rotinas de atualização remota a serem efetuadas em horários de contra turno ao horário de atendimento da contratante, de modo a garantir a operação contínua da ferramenta por parte dos usuários. Os processos de atualizações serão de inteira responsabilidade da contratada, sem poder terceirizar total ou parcialmente esses processos aos usuários; que deverão ter o serviço totalmente estabelecido no início de suas rotinas diárias.
1.7.	Fornecer suporte remoto via telefone, e-mail e comunicador WhatsApp durante o horário comercial e possuir ao menos um contato para emergências por 24 (vinte e quatro) horas por dia.
1.8.	Disponibilidade dos serviços de hospedagem com SLA (Service Level Agreement) acima de 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento) será de responsabilidade exclusiva da contratada, não podendo terceirizar responsabilidades técnicas dessa natureza para a contratante.
1.9.	Deverá permitir que os cidadãos que residem no município (munícipes) e também cidadãos que residem fora do município (turistas) possam se cadastrar e demandar solicitações na plataforma.
1.10.	As senhas, tokens e qualquer tipo de informações sensíveis deverão ser criptografadas no banco de dados para garantir o atendimento às legislações vigentes de segurança e proteção aos dados.
1.11.	O projeto deverá ter rotina diária de backup do servidor de hospedagem, mantido por pelo menos 30 (trinta) dias de histórico.
1.12.	Os servidores de hospedagem deverão ter os seguintes requisitos: Certificado de segurança SSL (Security Socket Layer) para criptografia dos dados que transitam no site CDN (Content Delivery Network) com cache e distribuição por localidade para tornar a resposta do site mais rápida Proteção orgânica/preventiva de ataques baseada no monitoramento de ataques mundiais de outros sites Proteção adicional de mitigação de ataques que pode ser acionada quando houverem indícios de ataques em curso Firewall de aplicação para a zona de DNS (Domain Name Server) Monitoramento de performance e requisições Zona DNS (Domain Name Server) do domínio com proxy Largura de banda escalável Espaço em disco escalável Processamento escalável Firewall para acesso aos servidores Acesso aos serviços de servidor através de VPN (Virtual Private Network)



Estado de Minas Gerais

PROCESSO № 29/2025 PREGÃO ELETRÔNICO		PREGÃO ELETRÔNICO № 15/2025
	1.13.	Entregar a versão final do projeto, em ambiente de produção em até 10
		(dez) dias corridos a contar da contratação.
	1.14.	Migração de dados, do antigo sistema de atendimento ao cidadão, para
		esse novo sistema que está sendo contratado.

2 Forra	monto do gostão do manifestaçãos/standimentos (área do profeituro)
	menta de gestão de manifestações/atendimentos (área da prefeitura)
2.1.	Area de login, sem limites de usuários.
2.2.	Recurso de recuperação de senha.
2.3.	Recursos de acessibilidade com:
2.4.	Todas os módulos do sistema que possuírem listagem de registros, deverão permitir filtrar/pesquisar os registros através de múltiplos campos (ex nome, protocolo, número de documento, e-mail, etc,)
2.5.	Todas os módulos do sistema que possuírem listagem de registros, deverão permitir exportar os registros da lista para arquivo que possa ser exportado (CSV, XLS, TXT, XML ou similar) Essa funcionalidade nativa em todos os módulos visa permitir que os usuários extraiam os dados que quiserem da ferramenta, sem precisar de nenhum tipo de conhecimento técnico e também sem precisar do prestador.
2.6.	Possuir log das ações de usuários, permitindo filtro de alterações por: - Módulo; - Submódulo; - Data; - Usuário Número de registro.
2.7.	As alterações de informações no sistema deverão ter recurso de antes/depois, para que em eventuais auditorias possa-se identificar como o registro estava antes e como ficou após determinado usuário alterar aquele registro.
2.8.	Possuir área de ajuda contendo manual de uso da plataforma completo
2.9.	Possuir área de ajuda contendo vídeos tutoriais
2.10.	Toda vez que houver uma manutenção no sistema, atualização ou qualquer ajuste que impacte no uso da plataforma, deve ser enviado um boletim informativo para todos os usuários. Esse boletim deverá ficar armazenado no sistema à título de histórico.
2.11.	Uso integrado de assinatura eletrônica qualificada (assinatura digital ICP-Brasil) nos parâmetros do Decreto nº 10.543/2020
2.12.	Dentro de cada manifestação, ter área interna destinada a troca de mensagens internas sobre aquela demanda, sem que o cidadão tenha acesso.
2.13.	Não permitir exclusão no sistema, apenas tornar ativo ou inativo para que as informações não sumam e dessa forma possam ser auditadas de forma fácil e completa.
2.14.	Módulo de gerenciamento de usuários com perfil master (todas as regras de operação e gestão)
2.15.	Módulo de gerenciamento de usuários com perfil operacional, permitindo que o criador do usuário gerencie todas as regras de operação e preferências para cada usuário, individualmente.
2.16.	Permissão de cadastro simplificado de prestadores de serviços (usuários externos
_	Draga Covered Justiniana 164 Contra



Estado de Minas Gerais

PROCESSO Nº	29/2025 PREGÃO ELETRÔNICO № 15/2025
	da prefeitura) para que a prefeitura envie ordem de serviço diretamente a eles pela própria plataforma.
2.17.	
2.18.	
2.19.	Permitir impressão de manifestações em lote, onde o usuário escolhe as manifestações e a plataforma imprime todas de uma só vez.
2.20.	
2.21.	Tramitações com tratamento especial – tramitação anônima (Sem nenhum dado pessoal informado pelo manifestante)
2.22.	pessoais do manifestante são preservados)
2.23.	Tramitações com tratamento especial – tramitação urgente
2.24.	Encaminhar manifestação para outro setor (setor todo)
2.25.	Encaminhar manifestação para outros usuários (escolher os usuários)
2.26.	Possibilidade de efetuar encaminhamento de manifestação em lote (envio de várias manifestações ao mesmo tempo para terceiros).
2.27.	Conforme LGPD, artigo 5º, sendo a prefeitura a controladora dos dados pessoais de cidadãos que venham a registrar manifestações via sistema, a plataforma deverá permitir que os campos que venham a ser armazenados de cada manifestante possam ser geridos pela prefeitura, que poderá definir: - Quais campos de cada manifestante deverão ser solicitados via formulário de cadastro; - Dos campos solicitados, quais serão obrigatórios e quais serão opcionais no cadastro.
2.28.	O formulário de cadastro de manifestantes será do tipo híbrido, permitindo tanto cadastro de pessoa física, quanto pessoa jurídica.
2.29.	Ter campo específico para o manifestante utilizar seu nome social em consonância com o Decreto Federal Nº 8.727/2016
2.30.	O usuário da plataforma poderá exportar uma manifestação com sua assinatura eletrônica qualificada (certificado digital) associada a essa exportação, de modo a garantir valor legal para documentos exportados nos parâmetros do Decreto nº 10.543/2020.
2.31.	Andamento aberto (o público interno e externo tem acesso)
2.32.	Andamento interno da prefeitura (somente os operadores da plataforma tem acesso)
2.33.	mesmo andamento, permitir escolher todas as manifestações e digitar o texto do andamento uma única vez e aplicar para todas as manifestações ao mesmo tempo.
2.34.	Mesmo para manifestações finalizadas, permitir que a resposta final seja corrigida.
2.35.	Quanto aos prazos finais, ter tratamento parametrizado de prazo de SIC de acordo com a lei 12.527/2011, com os seguintes recursos: - Contador de prazo transcorrido da abertura; - Contador de prazo para chegar no prazo final; - Indicação visual de "em dia", "próximo do vencimento do prazo" ou "atrasado"; - Permitir prorrogação de prazo nos moldes da lei.



Estado de Minas Gerais

PROCESSO Nº	29/2025 PREGÃO ELETRÔNICO № 15/2025
2.36.	
	acordo com a lei 13.460/2017, com os seguintes recursos:
	- Contador de prazo transcorrido da abertura;
	- Contador de prazo para chegar no prazo final;
	- Indicação visual de "em dia", "próximo do vencimento do prazo" ou "atrasado";
	- Permitir prorrogação de prazo nos moldes da lei.
2.37.	
	seus prazos definidos por legislação específica, possuam:
	- Local para definir prazo máximo de acordo com o tipo de manifestação;
0.00	- Ter contador/controle de prazo manifestação por manifestação.
2.38.	Todos os tipos de manifestação (ouvidoria, SIC, zeladoria) poderão ser
	cadastradas de 2 formas:
	- Pelo próprio cidadão, em suas interfaces web ou aplicativos;
2 30	 Pela própria prefeitura, em suas interfaces web ou aplicativos. A criação de manifestações deverá gerar número de protocolo automático
	, , ,
	A criação de manifestação deverá permitir anexar arquivos diversos
2.41.	O cadastro de manifestação deverá ter recurso de geolocalização integrado.
2.42.	
	recurso StreetView nativo – que permite visualizar imagem e navegar na localidade
	da manifestação.
2.43.	1 '
	mapa, com opção de filtros.
2.44.	
0.45	nordeste, etc) ou através de zonas de interesse (industrial, rural, urbana, etc)
2.45.	
2.46	relatórios gerenciais e de performance.
2.46.	Apresentar estatísticas quanto aos dados registrados na plataforma por meio de gráficos de pizza, linhas e colunas
2 47	Possuir dashboard gerencial, com principais métricas da plataforma
2.48.	
2.40.	de manifestações que estejam sob sua responsabilidade.
2.49.	
	- Central de lançamento de estoque;
	- Permissão de abrir controle de materiais consumidos em cada manifestação.
2.50.	Cadastro e gestão dos canais de atendimento e telefones úteis
2.51.	Cadastro e gestão dos setores da prefeitura
2.52.	Cadastro e gestão dos assuntos internos de cada setor da prefeitura
2.53.	Cadastro e gestão de unidades de atendimento (escolas, creches, unidades de
	saúde) para que as manifestações relacionadas a determinada unidade sejam
	agrupadas de forma sistêmica.
2.54.	
2.55.	Relatório gerencial das manifestações enviadas para empresas terceirizadas
2.00.	(usuários externos que atenderão ordens de serviço).
2.56.	
2.57.	,
2.37.	exportados pela plataforma.
2.58.	
2.50.	i ossibilidade de crivio de riotiricações para usuarios litterrios.



Estado de Minas Gerais

PROCESSO Nº 2	
2.59.	Todo usuário poderá cadastrar um e-mail para recebimento de notificações disparadas pela plataforma.
2.60.	Todo usuário terá uma caixa de entrada na própria ferramenta para recebimento de notificações disparadas na plataforma.
2.61.	Aplicativo Apple Nativo da área de gerenciamento de manifestações para uso dos
2.62.	usuários da prefeitura, com download gratuito. Aplicativo Android Nativo da área de gerenciamento de manifestações para uso
	dos usuários da prefeitura, com download gratuito.
2.63.	Acesso à plataforma de forma anônima para efetuar denúncias sensíveis, onde o cidadão não precisará cadastrar nenhum dado pessoal.
2.64.	Acesso à plataforma de forma identificada, com dados abertos
2.65.	Acesso à plataforma de forma identificada, com pedido de sigilo, onde os dados do cidadão serão preservados durante a tramitação de sua manifestação
2.66.	Permitir login pelos campos: - E-mail + senha; - CPF + senha; - CNPJ + senha.
2.67.	
2.68.	Abertura de manifestações diferenciando os tipos possíveis para que tenham campos diferentes e fluxos diferentes por conta de serem disciplinados por legislações diferentes, tipos possíveis: - Ouvidoria; - Pedido de informação; - Pedido de serviço/zeladoria.
2.69.	Ao criar uma manifestação, o cidadão poderá navegar em um mapa da cidade e escolher o local da manifestação. O formulário de cadastra deverá ser preenchido de forma automática a partir do local selecionado no mapa.
2.70.	
2.71.	Conforme LGPD, possuir área para que o cidadão possa gerenciar seus dados cadastrados na ferramenta.
2.72.	Possuir área tipo histórico, para que o cidadão possa visualizar todas as suas manifestações abertas e seus respectivos andamentos.
2.73.	Os dados cadastrados na manifestação, uma vez enviados pelo cidadão não poderão mais ser alterados por ele.
2.74.	documento adicional para seguir com o atendimento, somente nesses casos que a prefeitura requisitar, esses complementos ocorrerão na interface do cidadão, sem que ele precise recorrer a canais externos como e-mail ou outro meio. Assim todas as interações e documentos trocados entre as partes ficarão internos na manifestação correspondente.
2.75.	O cidadão terá área de enquetes para responder.
2.76.	Os cidadãos poderão se candidatar a eventuais vagas abertas no conselho de usuários, conforme lei 13.460/2017
2.77.	Caso a candidatura do cidadão seja aprovada para o conselho de usuários, este usuário terá acesso à área restrita do conselho.



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO №	TILONO LELINONIO IN 10/2020
2.78.	A interface do cidadão deverá possuir dados abertos, mesmo sem login, para que
	órgãos de fiscalização e controle e a população como um todo tenham acesso à
	gráficos e relatórios sobre os atendimentos geridos pela plataforma.
2.79.	Funcionar completamente nos navegadores desktop: Google Chrome, Mozilla Firefox, Safari, Microsoft Edge e Opera. E nos navegadores nativos de dispositivos móveis das plataformas iOS e Android.
2.80.	Área de divulgação dos horários de atendimento da ouvidoria e canais de atendimento.
2.81.	Aplicativo Apple Nativo exclusivo para cidadãos e turistas, com download gratuito.
2.82.	Aplicativo Android Nativo exclusivo para cidadãos e turistas, com download gratuito.

5.2. Itens referentes ao portal municipal

1.	Itens gerais
1.1.	Atender integralmente as leis federais de acessibilidade, LGPD e acesso à informação.
1.2.	Deverá estar em conformidade integral com eventuais outras legislações federais que sejam obrigatórias para ferramentas dessa natureza, dentro do escopo delineado por essa municipalidade.
1.3.	Migrar todo conteúdo do portal antigo, mesmo que a contratante não tenha acesso às credenciais do servidor anterior de hospedagem, em até 10 (dez) dias
1.4.	Entregar a versão final do portal em até 10 (dez) dias corridos, a partir da contratação.
1.5.	Funcionar integralmente na nuvem, sem a necessidade de instalação em redes locais ou dispositivos pessoais de seus usuários.
1.6.	Fornecer suporte remoto via telefone, e-mail e comunicador WhatsApp durante o horário comercial e possuir ao menos um contato para emergências por 24 (vinte e quatro) horas por dia.
1.7.	Deve possuir rotinas de atualização remota a serem efetuadas em horários de contra turno ao horário de atendimento da contratante, de modo a garantir a operação contínua da ferramenta por parte dos usuários. Os processos de atualizações serão de inteira responsabilidade da contratada, sem poder terceirizar total ou parcialmente esses processos aos usuários; que deverão ter o serviço totalmente estabelecido no início de suas rotinas diárias.
1.8.	Disponibilidade dos serviços de hospedagem com SLA (Service Level Agreement) acima de 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento) será de responsabilidade exclusiva da contratada, não podendo terceirizar responsabilidades técnicas dessa natureza para a contratante.
1.9.	Instalação do certificado de segurança HTTPS (Hipertext Transfer Protocol



Estado de Minas Gerais

1.10. As s cripy vige 1.11. O p por 1.12. Fun Fire móv 1.13. Os s	curity) para que todas as informações trafegadas no site e no sistema de enciamento de conteúdo possam ser realizadas de maneira segura. senhas, tokens e qualquer tipo de informações sensíveis deverão ser tografadas no banco de dados para garantir o atendimento às legislações entes de segurança e proteção aos dados. projeto deverá ter rotina diária de backup do servidor de hospedagem, mantido pelo menos 30 (trinta) dias de histórico. Incionar completamente nos navegadores desktop: Google Chrome, Mozilla efox, Safari, Microsoft Edge e Opera. E nos navegadores nativos de dispositivos veis das plataformas iOS e Android. Servidores de hospedagem deverão ter os seguintes requisitos: Certificado de segurança SSL (Security Socket Layer) para criptografia dos dados que transitam no site CDN (Content Delivery Network) com cache e distribuição por localidade para tornar a resposta do site mais rápida
cripyige 1.11. Oppor 1.12. Fun Fire móv 1.13. Os s	tografadas no banco de dados para garantir o atendimento às legislações entes de segurança e proteção aos dados. rojeto deverá ter rotina diária de backup do servidor de hospedagem, mantido pelo menos 30 (trinta) dias de histórico. ncionar completamente nos navegadores desktop: Google Chrome, Mozilla efox, Safari, Microsoft Edge e Opera. E nos navegadores nativos de dispositivos veis das plataformas iOS e Android. servidores de hospedagem deverão ter os seguintes requisitos: Certificado de segurança SSL (Security Socket Layer) para criptografia dos dados que transitam no site CDN (Content Delivery Network) com cache e distribuição por localidade para tornar a resposta do site mais rápida
1.12. Fun Fire móv 1.13. Os s	pelo menos 30 (trinta) dias de histórico. ncionar completamente nos navegadores desktop: Google Chrome, Mozilla efox, Safari, Microsoft Edge e Opera. E nos navegadores nativos de dispositivos veis das plataformas iOS e Android. servidores de hospedagem deverão ter os seguintes requisitos: Certificado de segurança SSL (Security Socket Layer) para criptografia dos dados que transitam no site CDN (Content Delivery Network) com cache e distribuição por localidade para tornar a resposta do site mais rápida
Fire móv	efox, Safari, Microsoft Edge e Opera. E nos navegadores nativos de dispositivos veis das plataformas iOS e Android. servidores de hospedagem deverão ter os seguintes requisitos: Certificado de segurança SSL (Security Socket Layer) para criptografia dos dados que transitam no site CDN (Content Delivery Network) com cache e distribuição por localidade para tornar a resposta do site mais rápida
	 Certificado de segurança SSL (Security Socket Layer) para criptografia dos dados que transitam no site CDN (Content Delivery Network) com cache e distribuição por localidade para tornar a resposta do site mais rápida
,	 Proteção orgânica/preventiva de ataques baseada no monitoramento de ataques mundiais de outros sites Proteção adicional de mitigação de ataques que pode ser acionada quando houverem indícios de ataques em curso Firewall de aplicação para a zona de DNS (Domain Name Server) Monitoramento de performance e requisições Zona DNS (Domain Name Server) do domínio com proxy Largura de banda escalável Espaço em disco escalável Processamento escalável Firewall para acesso aos servidores Acesso aos serviços de servidor através de VPN (Virtual Private Network)
apre	ayout deverá ser efetuado sob medida, através de prévias a serem esentadas e aprovadas com a contratante, não sendo permitido uso de applates ou ferramentas customizáveis.
1.15. Lay	out com pelo menos os seguintes itens:
	 Menu principal Brasão municipal Área de busca Links de acesso rápido com ícones Notícias e destaques Áreas para banners



Estado de Minas Gerais

PROCES	SO № 29/2025 PREGÃO ELETRÔNICO № 15/2025
	 Responsividade (para que funcione em formato desktop como também em formato mobile)
	 Identidade visual contendo cores, tipografia e elementos que atenuem à característica do munícipio
1.16.	Conter menu principal com subcategorias.
1.17.	Conter menu lateral com ícones ilustrativos.
1.18.	Uso de banners e pop-up gerenciados via sistema.
1.19.	Recursos de acessibilidade com:
	Alto contraste
	Aumento de fonte
	Redução de fonte
	 Navegação de conteúdo
	Leitura em libras
1.20.	URL Amigável em todas as páginas.
1.21.	Otimização para mecanismos de pesquisa, com otimização de tags ".html" e metadados.
1.22.	Integração com o sistema de gerenciamento de conteúdo.
1.23.	Barra de busca geral do portal com tratamento de resultado, onde ao trazer o resultado do termo pesquisado, faculte ao usuário filtrar o resultado através de parâmetros como:
	Ajustar o termo pesquisado
	Data de publicação Daguisar a tarma em uma accasão consolítica
	 Pesquisar o termo em uma sessão específica Paginação do conteúdo trazido
	Categorias
1.24.	Integração com as principais redes sociais.
1.25.	Possuir recurso de feed/RSS para distribuição do conteúdo do site em tempo real, para acesso de órgãos externos e portais externos de notícias que queiram divulgar as informações oficiais da prefeitura.
1.26.	Tratamento para impressão de páginas internas, sem imprimir componentes de layout, como por exemplo, menus de topo, menus laterais, topo e rodapé da página.



Estado de Minas Gerais

PROCESSO № 29/2025	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025
1.27. Página de notícias, com subcategorias.	
1.28. Galeria de fotos.	
1.29. Galeria de vídeos.	
1.30. Página de licitações com:	
 Andamento de cada licitação/histórico; 	
Filtros de busca;	
Status atual;	
 Arquivos disponíveis para Download; 	
Recurso de cadastro de fornecedores interessa	idos.
1.31. Página de contratos.	
1.32. Página de leis.	
1.33. Página de formulários de inscrição.	
1.34. Página de agenda de eventos.	
1.35. Página de diário oficial.	
1.36. Página de fornecedores, permitindo cadastro de os segmentos de fornecimento para posteriores	
1.37. Página de mapeamento da cultura.	
1.38. Página do terceiro setor com transparência exclu	usiva.
1.39. Página do mapa de obras da cidade, com geolo	calização e andamento de obras.
1.40. Página de telefones úteis.	
1.41. Possuir área de links de serviços para o cidadão sistema.	o, com os links gerenciados pelo
1.42. Página de carta de serviços.	
1.43. Possuir hotsites das secretarias, com as informa	ações gerenciadas via sistema.
1.44. Área de login, sem limites de usuários.	



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCES	SO № 29/2025 PREGÃO ELETRÔNICO № 15/2025
1.45.	Recurso de recuperação de senha.
1.46.	Recursos de acessibilidade com:
	Alto contraste
	Aumento de fonte
	Redução de fonte
1.47.	Todas os módulos do sistema que possuírem listagem de registros, deverão permitir filtrar/pesquisar os registros através de múltiplos campos.
1.48.	Todas os módulos do sistema que possuírem listagem de registros, deverão permitir exportar os registros da lista para arquivo que possa ser exportado (CSV, XLS, TXT, XML ou similar)
dados d	uncionalidade nativa em todos os módulos visa permitir que os usuários extraiam os que quiserem da ferramenta, sem precisar de nenhum tipo de conhecimento técnico e n sem precisar do prestador.
1.49.	Possuir log das ações de usuários, permitindo filtro de alterações por - Módulo; - Submódulo; - Data; - Usuário Número de registro.
1.50.	Possuir área de ajuda contendo manual de uso da plataforma completo
1.51.	Possuir área de ajuda contendo vídeos tutoriais
1.52.	Uso integrado de assinatura eletrônica qualificada (assinatura digital ICP-Brasil) nos parâmetros do Decreto nº 10.543/2020
1.53.	As alterações de informações no sistema deverão ter recurso de antes/depois, para que em eventuais auditorias possa-se identificar como o registro estava antes e como ficou após determinado usuário alterar aquele registro.
1.54.	Toda vez que houver uma manutenção no sistema ou outra informação relevante que precise ser avisada aos usuários, deve ser enviado um boletim informativo para todos. Esse boletim deverá ficar armazenado no sistema à título de histórico.
1.55.	Possuir dashboard gerencial, com principais métricas da plataforma
1.56.	Permitir gestão de menus e submenus no sistema, inclusive com a possibilidade de determinados menus aparecerem apenas em sessões específicas do site.
1.57.	Não permitir exclusão no sistema, apenas tornar ativo ou inativo de modo a:

Não sumirem as informações do sistema



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO № 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

- Permitir auditorias nas informações cadastradas, alteradas e inativas
- 1.58. Possuir um módulo de agenda municipal com os recursos de:
 - Categorização para diferenciar eventos de agendas diferentes, tais como: agenda do prefeito, da cultura e do esporte
 - Lançamento dos eventos com campos de situação do evento, datas, título e descrição
 - Possibilidade de inclusão de imagem
- 1.59. Possuir repositório de arquivos com seguintes recursos:
 - Organização por pastas
 - Pesquisa de arquivo por data
 - Pesquisa de arquivo por nome
 - Criação de subpasta
 - Arquivos podem ser inseridos nesse módulo sem estar associado à uma postagem, podendo ser utilizado como banco de dados de conteúdo
- 1.60. Possuir repositório de imagens com os seguintes recursos:
 - Organização por pastas
 - Pesquisa de imagem por data
 - Pesquisa de imagem por nome
 - Imagens podem ser inseridas nesse módulo sem estar associada à uma postagem, podendo ser utilizada como banco de dados de imagens
- 1.61. Área de postagens de notícias com:
 - Possibilidade de associar postagem à múltiplas categorias
 - Agendamento tipo de/até
 - Incorporação de vídeo
 - Criação de álbum
 - Corpo da postagem, botões de estilos (negrito, itálico, alinhamento, tabelas, etc)
 - Pré-visualização da notícia sem ter que deixá-la ativa no site
- 1.62. O conteúdo cadastrado para o site deverá possuir uma associação de QR-Code nativa do sistema, de modo que cada conteúdo cadastrado na ferramenta possa exportar um QR-Code automático onde a prefeitura poderá utilizá-lo em ações externas, para que ao ler tal QR-Code, o cidadão seja remetido de forma automática para o conteúdo correspondente do site.
- 1.63. Possuir um módulo de banners, controlando imagens em diversas posições do portal e também banners do tipo pop-up, com pelo menos os seguintes campos:
 - Agendamento de/até
 - Imagem
 - Imagem para mobile
 - Posição
 - Link
- 1.64. Possuir um módulo de gerenciamento de contratos registrando as seguintes informações:



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO № 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

- Empresa contratada
- Número do contrato
- Número da licitação
- Valor
- Validade inicial
- Validade final

Permitir informações complementares, como por exemplo:

- Conteúdo
- Medições
- Planilhas
- E demais arquivos anexos, como aditamento, ofícios e etc.
- 1.65. Possuir um módulo de gerenciamento de gráficos com a seguinte especificação:
 - Este módulo será usado para armazenar dados que sejam mais adequados para exibição em gráfico do tipo X e Y
 - Para tanto, a prefeitura poderá lançar os valores de X e Y no sistema, que irá gerar o gráfico de forma automática, podendo vincular à uma postagem
- 1.66. Possuir módulo de cadastro de PETs para divulgação de cachorros e gatos disponíveis para adoção, podendo os interessados (público em geral) se candidatarem a adoção de cada PET divulgado. Campos mínimos:
 - Tipo de PET (cão, gato...);
 - Raça;
 - Porte (pequeno, médio ou grande);
 - Nome:
 - Idade:
 - Sexo:
 - Foto:
 - Vacinações;
 - Texto descritivo.
- 1.67. Possuir um módulo de gerenciamento de leis com a seguinte especificação:
 - Filtro de busca
 - Cadastramento de leis, sendo possível incluir o ano, número, descrição e um editor para cadastrar o conteúdo
 - Exportação das leis em planilhas
- 1.68. Possuir um módulo de gerenciamento de licitações com a seguinte especificação:
 - Filtros de busca
 - Pedido de cadastro do fornecedor para ter acesso à arquivos restritos
 - Histórico de andamentos
 - Possibilidade de um fornecedor enviar proposta ao departamento de licitações
 - Relatórios por tipo de licitação e ano



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO № 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

- 1.69. Possuir um módulo de gerenciamento de fornecedores com a seguinte especificação:
 - Cadastramento de fornecedores via sistema
 - Visualização dos anexos enviados pelo fornecedor
 - Disparar e-mail de recuperação de senha
 - Incluir anexos como resposta
- 1.70. Criação livre de formulários de inscrições, com pelo menos os seguintes recursos:
 - Criação de campos com rótulos livres;
 - Definição de campos obrigatórios;
 - Definição de máscaras de entrada para tipos padrões, como CPF, CNPJ e CEP;
 - Limitação de número de inscritos;
 - Listagem de inscritos;
 - Exportação de inscritos para Excel.
- 1.71. O sistema administrativo e o site não poderão ser concebido através de plataformas pré-prontas de código aberto, tais como "Wordpress" ou "Joomla", pois ferramentas dessa natureza possuem maior vulnerabilidade à ataques e vulnerabilidades. Diante disto se faz necessário a comprovação de trechos do código fonte.
- 1.72. Possuir módulo de gerenciamento de cadastro do terceiro setor com a seguinte especificação:
 - Administrar as parcerias com os fornecedores conforme os projetos vinculados
 - Inserir anexos e documentos que poderão ser internos ou abertos ao público na área de transparência do terceiro setor
 - Controle de liberação de recursos por contrato
- 1.73. Possuir módulo de gerenciamento de mapa da cultura com a seguinte especificação:
 - Cadastramento de ficha da cultura
 - Gerar e disponibilizar a ficha para artistas, empresas e grupos de modo online
 - Incluir calendário de eventos culturais, atividades, espaços e patrimônio cultural
 - Visualizar os artistas cadastrados
 - Enviar e-mail de recuperação de credencial para os artistas cadastrados
 - Gerenciar categorias, subcategorias e tipos, tais como: agentes culturais, grupos de dança e grupo musical
- 1.74. Possuir módulo de gerenciamento de obras com a seguinte especificação:
 - Gerenciar as obras da cidade
 - Visualizar a localização através do mapa

Praça Coronel Justiniano, 164 - Centro www.prefeituradecambui.mg.gov.br 37.600-000 - Cambuí-MG



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO № 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

- Possibilidade de adicionar a empresa responsável e o engenheiro competente
- Aviso de início e término da obra
- Disponibilização dos custos da obra, a fim de informar a população no que diz respeito a transparência do município
- 1.75. Possuir módulo de cadastro de transporte coletivo com a seguinte especificação:
 - Gerenciar as linhas de transporte coletivo
 - Incluir horários e disponibilização da semana
 - Adicionar itinerário informando o trajeto de partida e destino final da linha para a população
- 1.76. Possuir módulo de cadastro de telefones úteis
- 1.77. Possuir módulo de empreendimentos imobiliários com a seguinte especificação:
 - Cadastrar o empreendimento
 - Alterar o empreendimento
 - Listar e pequisar o empreendimento
 - Visualização do empreendimento
 - Página no site para disponibizilar ao munícipe obter informações
- 1.78. Possuir módulo de históricos de chuvas da cidade com possibilidade de cadastrar dia por dia a quantidade de milímetros acumulados e também a possibilidade de importar os dados via planilha externa.
- 1.79. Possuir módulo de gerenciamento de enquetes (pesquisas rápidas) para serem disponibilizadas para a população, podendo vincular imagens.
- 1.80. Aplicativo Apple Nativo dessa área (sistema de gestão do portal/CMS) com download gratuito para os usuários internos da prefeitura.
- 1.81. Aplicativo Android Nativo dessa área (sistema de gestão do portal/CMS) com download gratuito para os usuários internos da prefeitura.
- 1.82. Área com cadastro de currículos do cidadão com recursos de:
 - Dados de identificação e login
 - Formação escolar
 - Cursos complementares
 - Experiências profissionais
 - Idiomas
 - Cargo pretendido
 - Pretensão salarial
 - Se está ou não empregado
 - Se é portador de deficiência
- 1.83. Permitir que o candidato atualize os seus dados e a partir destes, possa exportar ou imprimir seu currículo.



Estado de Minas Gerais

PROCES	SO № 29/2025 PREGÃO ELETRÔNICO № 15/2025
1.84.	Permitir cadastro de empresas onde as mesmas poderão cadastrar suas vagas disponíveis, sendo que estas não poderão aparecer diretamente na plataforma.
1.85.	Permitir que os cidadãos se candidatem às vagas disponíveis.
1.86.	As vagas deverão ter as informações de: • Enquadramento salarial • Escolaridade • Necessidade de CNH • Tipo de contratação: CLT, autônomo ou estágio • Se a vaga poderá ou não ser ocupada por PCD • Texto livre para descrição dos requisitos da vaga e atribuições complementares
1.87.	A prefeitura deverá ter recursos para moderar as vagas e as candidaturas.
1.88.	A prefeitura poderá cadastrar vagas próprias para administrar processos seletivos. Área com gráficos e relatórios exibindo: Segmento das empresas cadastradas Perfil das vagas Perfil dos candidatos Tipos de vagas por regime (CLT, autônomo e estágio) Candidatos que participaram dos processos e foram contratados
1.90.	Geolocalização Mapa municipal mostrando onde estão os candidatos, empresas e vagas do sistema.
1.91.	Filtragem e exportação de registros em planilhas.
1.92.	Layout de acordo com a identidade visual da prefeitura.
1.93.	Criação do arquivo da edição com ou sem assinatura digital, à critério do usuário.
1.94.	Possuir recursos de atribuição de permissão de usuários de modo a facultar permitir que apenas usuários específicos possam finalizar o DO e também com a possibilidade de atribuir permissão para que alguns usuários apenas insiram atos em categorias pré-definidas.
1.95.	Cadastro parametrizado de ano, número, opção de ser edição extra e data de publicação.
1.96.	Definição de categorias e subcategorias para organização das publicações.
1.97.	Definir permissões de usuários por categoria.
1.98.	Facultar ao usuário que use a ferramenta de duas formas quanto à disponibilização de cada edição do diário oficial: • Gerar a edição dinamicamente pela ferramenta, com associação de atos



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO № 29/2025	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025
cadastrados na ferramenta	
 Importar a edição já criada 	
1.99. Uso integrado de assinatura eletrônica o	,
nos parâmetros do Decreto nº 10.543/20	
1.100. Referente à interface que será disponibi	izada para o cidadão, a mesma deverá
permitir pesquisas por:	
 Edição 	
 Palavra-chave 	
 Data específica 	
 Navegação através de calendário 	
1.101. A ferramenta deverá ter opção de geraç	ão automática de sumário no momento em
que gerar a edição do diário oficial.	
1.102. A ferramenta deverá ter opção de criar r	ovos atos ou importar de arquivos ".pdf"
que já tenham os atos, decretos ou leis	existentes.
1.103. A gestão de atos deverá constituir um re	curso independente do DO, podendo ser
	empos diferentes, mesmo que não exista
um DO definido para aquele ato.	que nue exista
•	O poderá agrupar os atos necessários para
	2 podera agrupar os atos riecessarios para
aquela publicação.	

5.3 Itens referentes à tramitação de protocolos, processos e comunicação

1.	Itens mínimos
1.1.	Login com recuperação de senha
1.2.	Login com segurança automática contra robôs – sem precisar lançar desafios reCAPTCHA ao usuário – deve fornecer como uma espécie de reCAPTCHA automático para não atrapalhar a experiência do usuário
1.3.	Tela de boas-vindas com <i>dashboard</i> contendo gráficos e relatórios com as seguintes informações
	 Processos com prazos próximos ao vencimento; Agrupamento estatístico de processos de acordo com seus status; Agrupamento estatístico de processos de acordo com seus tipos; Central de mensagens e alertas do usuário
1.4.	Recursos de acessibilidade:
	- Alto contraste;
	- Fonte +;
	- Fonte –.
1.5.	Área de ajuda com manual
1.6.	Central de atualizações do sistema



Estado de Minas Gerais

PROCES	SO № 29/2025	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025
1.7	Control do cuporto	
1.7. 1.8.	Central de suporte Cadastro de usuários do tipo administrador master	
1.9.	Cadastro de usuários do tipo administrador master Cadastro de usuários do tipo operador, com configura	poãos do pormissãos
1.9.	individualizadas	ações de permissões
1.10.	Permitir associação de certificado digital A1 ao usuári	o cadastrado
1.11.	Alerta parametrizável se o usuário está de férias	
1.12.	Alerta parametrizável se o usuário está de atestado m	
1.13.	Módulo de auditoria de ações de usuários, onde seja - Pesquisar as ações por módulo - Por submódulo; - Por usuário;	possível:
	Por código do registro;Exportar informações.	
1.14.	Todas os registros/logs de alterações deverão guarda campos do registro estavam e como os campos ficara Recurso Antes/Depois.	
1.15.	Assinaturas digitais - Permitir que múltiplos usuários assinem eletronicam mostrando o registro e validação de todas as assinatu	
1.16.	Assinaturas digitais — Permitir validação externa dos documentos assinad Code e também por URL + Código	
1.17.	Papel timbrado padrão, para que os modelos de docu padronização de cabeçalho e rodapé (timbrado oficial	
1.18.	Repositório de modelo de processos contendo: - Tipo de processo; - Nome do modelo; - Plugin HTML para edição do modelo com recursos of fonte, negrito, itálico, tabelas, numeração, entre outro - Etapas do processo	
1.19.	Possibilidade de associar os usuários ao plano de car	rgos em até 5 níveis.
1.20.	Processos > Listagem - Filtrar por pelo menos 10 campos diferentes de buso	ca.
1.21.	Processos > Listagem - Exportação de registros	
1.22.	Processos > Listagem - Alerta de urgências	
1.23.	Processos > Listagem - Indicativo visual de prazo com contador (quantos dia	as faltam para o prazo final)



Estado de Minas Gerais

PROCESSO № 29/2025		PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025
1.24.	Processos > Listagem	
	- Indicativo visual de prazo com cores (vermelho para	a próximo de vencer ou
	vencido e demais cores de acordo com a lógica do si	istema)
	•	·
1.25.	Processos > Listagem	
	- Indicativo visual de andamento, indicando o percen	tual de conclusão das tarefas
	associadas à um processo.	
	·	
1.26.	Processos > Recursos	
	- Anexos	
1.27.	Processos > Recursos	
	- Versionamento do processo, mantendo as versões	
1.28.		
	- Usuários associados ao processo que possuem pe	ndências a resolver e
	usuários associados ao processo que já concluíram s	
1.29.		,
	 Quem visualizou o processo 	
1.30.	Processos > Recursos	
	 Quem assinou o processo 	
1.31.	Processos > Recursos	
1.0	Histórico de ações do processo	
1.32.		
1.02.	Permitir cancelamento de processo	
1.33.	Processos > Recursos	
1.00.	 Convidar outros usuários para o processo, atribuino 	do-lhes ações
1.34.	Processos > Recursos	ac mee aşeec
1.01.	 Permitir enviar o processo para usuários externos o 	da nlataforma
1.35.	Documentos oficiais > Listagem	da piataronna
1.00.	- Filtrar por pelo menos 10 campos diferentes de bus	sca
	Third per pole mende to damped andronice de sac	
1.36.	Documentos oficiais > Listagem	
1.00.	- Permitir exportação de registros	
	Tomini experiação de registros	
1.37.	Documentos oficiais > Listagem	
1.07.	- Indicativo de documentos urgentes	
	indicative de decamentes digentes	
1.38.	Documentos oficiais > recursos	
1.00.	 Armazenar histórico de versões alteradas do docum 	nento
	,azonar motomoo do vorocco ditoradas do docum	
1.39.	Documentos oficiais > recursos	
	- Criar um documento baseado no banco de modelos	
1.40.	Documentos oficiais > recursos	-
	- Criar um documento novo, sem usar modelos	
1.41.	Documentos oficiais > recursos	
	- Enviar documento para usuários externos da platafo	orma
1.42.	Documentos oficiais > recursos	
	2 Codino Rio Grididio Pi Todario Co	



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

- Assinar documentos

5.4 Itens referentes ao serviço de e-mail:

Items references	ao serviço de e-maii.
1. Itens gerais	;
1.1.	200 (duzentas) contas de 20 (vinte) gigabytes cada
1.2.	Area administrativa com - Alerta de espaço em disco de cada usuário; - Criação, alteração e exclusão de contas; - Ativação/Inativação de usuário; - Ativação/Inativação de SMTP seguro; - Exportação; - Filtros de busca.
1.3.	Migração completa das mensagens por conta exclusiva do prestador que deverá estar totalmente finalizada no prazo máximo da implantação
1.4.	Listas de contatos pessoais e lista de contatos compartilhados
1.5.	Calendário pessoal e também calendário colaborativo com os recursos: - Tipo evento; - Tipo tarefa; - Visão diária; - Visão semanal; - Visão mensal; - Navegação dinâmica; - Impressão.
1.6.	Pesquisa avançada com combinação à critério do usuário (cruzando qualquer campo ou todos os campos): - Remetente; - Destinatário; - Que contenha parte do texto; - Que não contenha parte do texto; - Assunto; - Corpo; - Por período (última semana, último mês, último semestre, antes de, depois de, entre datas); - Campo cópia cortesia; - Tamanho (Mb); - Com anexos; - Em todas as pastas ou em pasta específica;
1.7.	Permitir Certificado MIME
1.8.	Encriptografia SSL e TLS
1.9.	Regras de filtragem de mensagens à critério do gestor
1.10.	Regras de filtragem de mensagem à critério do usuário
1.11.	Alerta de férias/compromissos
1.12.	Encaminhamentos automáticos
1.13.	Etiquetagem por categoria e cor



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025	PREGÃO ELETRÔNICO № 15/2025
1.14.	Ordenação crescente e decrescente para: assunto, remetente, destinatário
	e data
1.15.	Configuração de resposta automática
1.16.	Ordenação de mensagens em pastas e subpastas
1.17.	Repositório de modelos de mensagens pré-gravadas
1.18.	Acesso online através dos principais navegadores padrões de mercado
1.19.	Acesso através dos principais clientes de e-mail de mercado
1.20.	Deverá funcionar adequadamente em smartphones
1.21.	AntiSpam deverá ter recurso de aprendizagem automática, dispensando a necessidade de intervenção manual
1.22.	Proteção que garanta que o serviço de e-mail não permaneça em RBLs ou DNSBLs (Blacklists)

6 - PROVA DE CONCEITO

Conforme legislação e normativas vigentes, a prova de conceito não constitui item de habilitação, se aplicando como pré-requisito para homologação (artigo 17, § 3º), onde o vencedor provisório do processo precisará provar que atende os requisitos mínimos deste TR.

A Prova de Conceito será efetuada através de convocação ao vencedor provisório deste processo em data e horário a ser definido exclusivamente por esta municipalidade para apresentação presencial na sede da contratante, em até 03 (três) dias corridos após o licitante ser declarado vencedor provisório.

A empresa vencedora provisória deverá disponibilizar um representante, com equipamento próprio para demonstração do sistema e comprovação que atende os requisitos deste TR e a contratante disponibilizará uma sala com acesso à Internet.

Para efeito de prova de conceito será necessário apresentar os itens através de sistema ou site online comprovadamente desenvolvido e mantido pela Contratada.

IMPORTANTE: Apresentações de recursos que estejam na interface do cliente, como no caso de portais municipais, deverão ter assinatura da licitante. Já nos casos de serviço de e-mail, CMS, processos e demais sistemas, esses deverão estar em consonância com os registros INPI conforme item 4 desse TR, demonstrando ser programa de computador de propriedade intelectual da licitante, sob pena de desclassificação.

A prova de conceito deverá ser conduzida da seguinte forma:

- A licitante apresentará item por item, na ordem estabelecida nas tabelas a seguir;
- À critério da equipe da contratante, os itens apresentados poderão ser testados, simulando situações reais de gravação, alteração, visualização e etc. ou ainda solicitado esclarecimentos complementares para que possam formar opinião inequívoca se aquele item foi atendido na íntegra ou não;
- Para cada item, no campo ao lado da lista, será marcado Sim ou Não para atendido;



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

- Será aprovada a empresa que conseguir atender o mínimo de 95% (noventa e cinco por cento) das funcionalidades da tabela;
- Caso a empresa tenha ficado na média entre 95,01% e 99,99% ainda estará aprovada, mas ficará advertida que os itens faltantes deverão ser produzidos e entregues até a implantação;
- Caso a empresa não tenha atingido o mínimo exigido (nos casos de 94,99% ou inferior), estará desclassificada e a próxima colocada será convocada.

IMPORTANTE: Na ocasião da entrega final a empresa deverá entregar o projeto contendo TODOS os itens que constam na tabela 5

Conforme capítulo II, Artigo 5º da lei 14.133/21, diante dos princípios de eficiência, celeridade e economicidade, à critério exclusivo da contratante, a prova de conceito poderá ser dispensada nas situações em que a contratante já conhecer, de forma comprovada, a plataforma da empresa avaliada nessa fase.

ITENS DA PROVA DE CONCEITO:

	TABELA A	
	Ferramenta de gestão de manifestações/atendimentos (área da _l	prefeitura)
	ITEM	APROVADO? (Sim/Não)
1.	Recursos de acessibilidade com:	
2.	Todas os módulos do sistema que possuírem listagem de registros, deverão permitir exportar os registros da lista para arquivo que possa ser exportado (CSV, XLS, TXT, XML ou similar) Essa funcionalidade nativa em todos os módulos visa permitir que os usuários extraiam os dados que quiserem da ferramenta, sem precisar de nenhum tipo de conhecimento técnico e também sem precisar do prestador.	
3.	As alterações de informações no sistema deverão ter recurso de antes/depois, para que em eventuais auditorias possa-se identificar como o registro estava antes e como ficou após determinado usuário alterar aquele registro.	
4.	Possuir área de ajuda contendo vídeos tutoriais	
5.	Toda vez que houver uma manutenção no sistema, atualização ou qualquer ajuste que impacte no uso da plataforma, deve ser enviado um boletim informativo para todos os usuários. Esse boletim deverá ficar armazenado no sistema à título de histórico.	
6.	Uso integrado de assinatura eletrônica qualificada (assinatura digital ICP-Brasil) nos parâmetros do Decreto nº 10.543/2020	
7.	Não permitir exclusão no sistema, apenas tornar ativo ou inativo para que as informações não sumam e dessa forma possam ser auditadas de forma fácil e completa.	
8.	Módulo de gerenciamento de usuários com perfil operacional, permitindo que o criador do usuário gerencie todas as regras de operação e preferências para cada usuário, individualmente.	

Praça Coronel Justiniano, 164 - Centro www.prefeituradecambui.mg.gov.br 37.600-000 - Cambuí-MG



Estado de Minas Gerais

PROCESSO №		CO Nº 15/2025
9.	Permissão de cadastro simplificado de prestadores de serviços	
	(usuários externos da prefeitura) para que a prefeitura envie ordem	
	de serviço diretamente a eles pela própria plataforma.	
10.	Possuir área de visualização de manifestações através de	
	calendário, onde o usuário poderá visualizar o calendário de	
	qualquer mês, clicando em um dia específico, verá todas as	
	manifestações daquele dia.	
11.	Permitir impressão de manifestações em lote, onde o usuário	
	escolhe as manifestações e a plataforma imprime todas de uma	
	só vez.	
12.	Permitir impressão de carta ao cidadão – recurso de impressão de	
	resposta final para envio pelos correios.	
13.	Tramitações com tratamento especial – tramitação anônima (Sem	
	nenhum dado pessoal informado pelo manifestante)	
14.	Tramitações com tratamento especial – tramitação sigilosa (Onde	
	os dados pessoais do manifestante são preservados)	
15.	Tramitações com tratamento especial – tramitação urgente	
16.	Encaminhar manifestação para outro setor (setor todo)	
17.	Encaminhar manifestação para outros usuários (escolher os	
	usuários)	
18.	Possibilidade de efetuar encaminhamento de manifestação em	
	lote (envio de várias manifestações ao mesmo tempo para	
	terceiros).	
19.	Conforme LGPD, artigo 5°, sendo a prefeitura a controladora dos	
	dados pessoais de cidadãos que venham a registrar	
	manifestações via sistema, a plataforma deverá permitir que os	
	campos que venham a ser armazenados de cada manifestante	
	possam ser geridos pela prefeitura, que poderá definir:	
	- Quais campos de cada manifestante deverão ser solicitados via	
	formulário de cadastro;	
	- Dos campos solicitados, quais serão obrigatórios e quais serão	
	opcionais no cadastro.	
20.	O formulário de cadastro de manifestantes será do tipo híbrido,	
	permitindo tanto cadastro de pessoa física, quanto pessoa jurídica.	
21.	Ter campo específico para o manifestante utilizar seu nome social	
	em consonância com o Decreto Federal Nº 8.727/2016	
22.	O usuário da plataforma poderá exportar uma manifestação com	
	sua assinatura eletrônica qualificada (certificado digital) associada	
	a essa exportação, de modo a garantir valor legal para	
	documentos exportados nos parâmetros do Decreto nº	
	10.543/2020.	
23.	Andamento aberto (o público interno e externo tem acesso)	
24.	Andamento interno da prefeitura (somente os operadores da	
0.5	plataforma tem acesso)	
25.	Andamento em lote – as situações em que diversas manifestações	
	possuirão o mesmo andamento, permitir escolher todas as	
	manifestações e digitar o texto do andamento uma única vez e	
00	aplicar para todas as manifestações ao mesmo tempo.	
26.	Mesmo para manifestações finalizadas, permitir que a resposta final seja corrigida.	
27.	Quanto aos prazos finais, ter tratamento parametrizado de prazo	
	The state of the s	



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO №		CO Nº 15/2025
	de SIC de acordo com a lei 12.527/2011, com os seguintes recursos:	
	- Contador de prazo transcorrido da abertura;	
	 Contador de prazo para chegar no prazo final; Indicação visual de "em dia", "próximo do vencimento do prazo" 	
	- Indicação visual de "em dia", "próximo do vencimento do prazo"	
	ou "atrasado";	
	- Permitir prorrogação de prazo nos moldes da lei.	
28.	Quanto aos prazos finais, ter tratamento parametrizado de prazo	
	de Ouvidoria de acordo com a lei 13.460/2017, com os seguintes	
	recursos: - Contador de prazo transcorrido da abertura;	
	- Contador de prazo nara chegar no prazo final:	
	 Contador de prazo para chegar no prazo final; Indicação visual de "em dia", "próximo do vencimento do prazo" 	
	ou "atrasado";	
	- Permitir prorrogação de prazo nos moldes da lei.	
29.	Permitir que manifestações diversas, de zeladoria ou outro fluxo	
	que não tenham seus prazos definidos por legislação específica,	
	possuam:	
	- Local para definir prazo máximo de acordo com o tipo de	
	manifestação;	
	- Ter contador/controle de prazo manifestação por manifestação.	
30.	Todos os tipos de manifestação (ouvidoria, SIC, zeladoria)	
	poderão ser cadastradas de 2 formas:	
	 Pelo próprio cidadão, em suas interfaces web ou aplicativos; Pela própria prefeitura, em suas interfaces web ou aplicativos. 	
31.	A criação de manifestação deverá permitir anexar arquivos	
01.	diversos	
32.	A consulta da manifestação, dentro dos recursos de	
	geolocalização deverá ter recurso StreetView nativo – que permite	
	visualizar imagem e navegar na localidade da manifestação.	
33.	Permitir visualizar o mapa municipal, com todas as demandas	
0.4	distribuídas sobre o mapa, com opção de filtros.	
34.	Permitir segmentação do município através de zonas geográficas	
	(norte, sul, leste, nordeste, etc) ou através de zonas de interesse	
35.	(industrial, rural, urbana, etc) Apresentar estatísticas quanto aos dados registrados na	
33.	plataforma por meio de relatórios gerenciais e de performance.	
36.	Apresentar estatísticas quanto aos dados registrados na	
33.	plataforma por meio de gráficos de pizza, linhas e colunas	
37.	Possuir central de alertas do usuário, para receber avisos de prazo	
	e demais avisos de manifestações que estejam sob sua	
	responsabilidade.	
	·	
38.	Controle de estoque de materiais com:	
	- Central de lançamento de estoque;	
	- Permissão de abrir controle de materiais consumidos em cada	
20	manifestação.	
39.	Cadastro e gestão dos canais de atendimento e telefones úteis	
40.	Cadastro e gestão dos assuntos internos de cada setor da prefeitura	
41.	Cadastro e gestão de unidades de atendimento (escolas, creches,	
	unidades de saúde) para que as manifestações relacionadas a	
	determinada unidade sejam agrupadas de forma sistêmica.	
	D C 11 11 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	

Praça Coronel Justiniano, 164 - Centro

 $\frac{www.prefeituradecambui.mg.gov.br}{37.600\text{-}000\text{ - Cambui-MG}}$



Estado de Minas Gerais

	29/2025 PREGÃO ELETRÔNIC	JO Nº 15/2025
42.	Quanto ao SIC, permitir gerenciamento de FAQ – perguntas	
	frequentes	
43.	Relatório gerencial das manifestações enviadas para empresas	
	terceirizadas (usuários externos que atenderão ordens de serviço).	
44.	Página de validação das assinaturas eletrônicas em documentos	
	oficiais exportados pela plataforma	
45.	Todo usuário terá uma caixa de entrada na própria ferramenta	
	para recebimento de notificações disparadas na plataforma.	
46.	Aplicativo Apple Nativo da área de gerenciamento de	
	manifestações para uso dos usuários da prefeitura, com download	
	gratuito.	
47.	Aplicativo Android Nativo da área de gerenciamento de	
	manifestações para uso dos usuários da prefeitura, com download	
	gratuito	
	grataito	
	TABELA B	
	INSELNO	
Á	rea de criação, acompanhamento e gerenciamento de manifesta	cões para o
	público externo (cidadão e turista)	yooo para o
	ITEM	APROVADO
		(Sim/Não)
48.	Acesso à plataforma de forma anônima para efetuar denúncias	
	sensíveis, onde o cidadão não precisará cadastrar nenhum dado	
	pessoal.	
49.	Acesso à plataforma de forma identificada, com pedido de sigilo,	
	onde os dados do cidadão serão preservados durante a tramitação	
	de sua manifestação	
50.	Permitir login pelos campos:	
•		
	l - F-mail + senha·	
	- E-mail + senha; - CPF + senha:	
	- CPF + senha;	
51	- CPF + senha; - CNPJ + senha.	
51.	- CPF + senha; - CNPJ + senha. Recursos de acessibilidade, como:	
51.	- CPF + senha; - CNPJ + senha. Recursos de acessibilidade, como: • Alto contraste	
51.	- CPF + senha; - CNPJ + senha. Recursos de acessibilidade, como: • Alto contraste • Aumento de fonte	
51.	- CPF + senha; - CNPJ + senha. Recursos de acessibilidade, como: • Alto contraste	
	- CPF + senha; - CNPJ + senha. Recursos de acessibilidade, como:	
51.	- CPF + senha; - CNPJ + senha. Recursos de acessibilidade, como:	
	- CPF + senha; - CNPJ + senha. Recursos de acessibilidade, como:	
	- CPF + senha; - CNPJ + senha. Recursos de acessibilidade, como:	
	- CPF + senha; - CNPJ + senha. Recursos de acessibilidade, como:	
	- CPF + senha; - CNPJ + senha. Recursos de acessibilidade, como:	
52.	- CPF + senha; - CNPJ + senha. Recursos de acessibilidade, como:	
	- CPF + senha; - CNPJ + senha. Recursos de acessibilidade, como:	
52.	- CPF + senha; - CNPJ + senha. Recursos de acessibilidade, como:	
52.	- CPF + senha; - CNPJ + senha. Recursos de acessibilidade, como:	
52.	- CPF + senha; - CNPJ + senha. Recursos de acessibilidade, como:	
52.	- CPF + senha; - CNPJ + senha. Recursos de acessibilidade, como:	
52.	- CPF + senha; - CNPJ + senha. Recursos de acessibilidade, como:	
52.	- CPF + senha; - CNPJ + senha. Recursos de acessibilidade, como:	
52.	- CPF + senha; - CNPJ + senha. Recursos de acessibilidade, como:	
52.	- CPF + senha; - CNPJ + senha. Recursos de acessibilidade, como:	



Estado de Minas Gerais

330 N°	29/2025 PREGÃO ELETRÔNIO	JO Nº 15/2025
	ficarão internos na manifestação correspondente.	
55.	O cidadão terá área de enquetes para responder	
56.	Os cidadãos poderão se candidatar a eventuais vagas abertas no conselho de usuários, conforme lei 13.460/2017	
57.	Caso a candidatura do cidadão seja aprovada para o conselho de usuários, este usuário terá acesso à área restrita do conselho.	
58.	Aplicativo Apple Nativo exclusivo para cidadãos e turistas, com download gratuito.	
59.	Aplicativo Android Nativo exclusivo para cidadãos e turistas, com download gratuito.	
	TABELA C	
	Portal municipal (área pública)	
	ITEM	APROVADO (Sim/Não)
60.	Uso de banners e pop-up gerenciados via sistema.	
61.	Barra de busca geral do portal com tratamento de resultado, onde ao trazer o resultado do termo pesquisado, faculte ao usuário filtrar o resultado através de parâmetros como: Ajustar o termo pesquisado	
	Data de publicação Pesquisar o termo em uma sessão específica	
	Paginação do conteúdo trazido	
	Categorias	
62.	Possuir recurso de feed/RSS para distribuição do conteúdo do site em tempo real, para acesso de órgãos externos e portais externos de notícias que queiram divulgar as informações oficiais da prefeitura.	
63.	Galeria de vídeos	
64.	Página de licitações com: - Andamento de cada licitação/histórico; - Filtros de busca;	
	Status atual;	
	 Arquivos disponíveis para Download; 	
	 Recurso de cadastro de fornecedores interessados. 	
65.	Página de formulários de inscrição.	
66.	Página de agenda de eventos	
67.	Página de diário oficial	
68.	Página do terceiro setor com transparência exclusiva.	



Estado de Minas Gerais

OCESSO №	29/2025 PREGÃO ELETRÔNIO	CO Nº 15/2025
69.	Página do mapa de obras da cidade, com geolocalização e andamento de obras.	
70.	Página de carta de serviços gerida pela plataforma	
	TABELA D	
	Portal municipal (área restrita da prefeitura)	
	ITEM	APROVADO? (Sim/Não)
71.	Recursos de acessibilidade com: Alto contraste Aumento de fonte Redução de fonte	
72.	Todas os módulos do sistema que possuírem listagem de registros, deverão permitir filtrar/pesquisar os registros através de múltiplos campos.	
73.	Possuir área de ajuda contendo vídeos tutoriais.	
74.	Uso integrado de assinatura eletrônica qualificada (assinatura digital ICP-Brasil) nos parâmetros do Decreto nº 10.543/2020	
75.	As alterações de informações no sistema deverão ter recurso de antes/depois, para que em eventuais auditorias possa-se identificar como o registro estava antes e como ficou após determinado usuário alterar aquele registro.	
76.	Possuir módulo de cadastro de PETs para divulgação de cachorros e gatos disponíveis para adoção, podendo os interessados (público em geral) se candidatarem a adoção de cada PET divulgado. Campos mínimos: - Tipo de PET (cão, gato); - Raça; - Porte (pequeno, médio ou grande); - Nome; - Idade; - Sexo; - Foto; - Vacinações; - Texto descritivo.	
77.	Permitir gestão de menus e submenus no sistema, inclusive com a possibilidade de determinados menus aparecerem apenas em sessões específicas do site.	
78.	Não permitir exclusão no sistema, apenas tornar ativo ou inativo de modo a: Não sumirem as informações do sistema; Permitir auditorias nas informações cadastradas, alteradas e inativas.	
79.	Possuir um módulo de agenda municipal com os recursos de: Categorização para diferenciar eventos de agendas diferentes, tais como: agenda do prefeito, da cultura e do esporte.	



Estado de Minas Gerais

PROCESSO Nº	29/2025 PREGÃO ELETRÔNIO	CO Nº 15/2025
	Lançamento dos eventos com campos de situação do evento,	
	datas, título e descrição. Possibilidade de inclusão de imagem	
80.	Possuir repositório de arquivos com seguintes recursos:	
	Organização por pastas	
	Pesquisa de arquivo por data	
	Pesquisa de arquivo por nome Criação de subpasta	
	Arquivos podem ser inseridos nesse módulo sem estar associado	
	à uma postagem, podendo ser utilizado como banco de dados de	
	conteúdo	
81.	Àrea de postagens de notícias com:	
	- Possibilidade de associar postagem à múltiplas categorias	
	- Agendamento tipo de/até	
	- Incorporação de vídeo	
	- Criação de álbum - Corpo da postagem, botões de estilos (negrito, itálico,	
	alinhamento, tabelas, etc)	
	- Pré-visualização da notícia sem ter que deixá-la ativa no site.	
82.	Possuir um módulo de banners, controlando imagens em diversas	
	posições do portal e também banners do tipo pop-up, com pelo	
	menos os seguintes campos:	
	- Agendamento de/até	
	- Imagem	
	- Imagem para mobile	
	- Posição - Link	
83.	Possuir um módulo de gerenciamento de contratos registrando	
00.	as seguintes informações:	
	Empresa contratada	
	Número do contrato	
	Número da licitação	
	Valor	
	Validade inicial	
	Validade final	
	Permitir informações complementares, como por exemplo:	
	Conteúdo	
	Medições	
	Planilhas	
	E demais arquivos anexos, como aditamento, ofícios e etc.	
84.	Possuir um módulo de gerenciamento de gráficos com a seguinte	
	especificação:	
	Este módulo será usado para armazenar dados que sejam mais	
	adequados para exibição em gráfico do tipo X e Y	
	Para tanto, a prefeitura poderá lançar os valores de X e Y no	
	sistema, que irá gerar o gráfico de forma automática, podendo	
	vincular à uma postagem	
85.	Possuir um módulo de gerenciamento de licitações com a	
	seguinte especificação:	
	Filtros de busca	
	Pedido de cadastro do fornecedor para ter acesso à arquivos	
L	para terretaria de l'acceptante de l'acceptant	



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO №	29/2025 PREGÃO ELETRÔ	NIÇO Nº 15/2025
	restritos Histórico de andamentos Possibilidade de um fornecedor enviar proposta ao departamento de licitações	
86.	Relatórios por tipo de licitação e ano	
00.	Criação livre de formulários de inscrições, com pelo menos os seguintes recursos:	
	- Criação de campos com rótulos livres;	
	- Definição de campos obrigatórios;	
	 Definição de máscaras de entrada para tipos padrões, como CPF, CNPJ e CEP; 	
	- Limitação de número de inscritos;	
	- Listagem de inscritos;	
	- Exportação de inscritos para Excel.	
87.	Possuir módulo de gerenciamento de cadastro do terceiro setor com a seguinte especificação:	
	Administrar as parcerias com os fornecedores conforme os projetos vinculados	
	Inserir anexos e documentos que poderão ser internos ou abertos ao público na área de transparência do terceiro setor	
	Controle de liberação de recursos por contrato	
88.	Possuir módulo de gerenciamento de obras com a seguinte especificação:	
	Gerenciar as obras da cidade	
	Visualizar a localização através do mapa	
	Possibilidade de adicionar a empresa responsável e o engenheiro competente	
	Aviso de início e término da obra	
	Disponibilização dos custos da obra, a fim de informar a população no que diz respeito a transparência do município	
89.	Possuir módulo de históricos de chuvas da cidade com possibilidade de cadastrar dia por dia a quantidade de milímetros acumulados e também a possibilidade de importar os dados via planilha externa.	5
90.	Possuir módulo de gerenciamento de enquetes (pesquisas rápidas) para serem disponibilizadas para a população, podendo vincular imagem	
91.	Aplicativo Apple Nativo dessa área (sistema de gestão do portal/CMS) com download gratuito para os usuários internos da prefeitura.	
92.	Aplicativo Android Nativo dessa área (sistema de gestão do portal/CMS) com download gratuito para os usuários internos da	

Praça Coronel Justiniano, 164 - Centro www.prefeituradecambui.mg.gov.br 37.600-000 - Cambuí-MG



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO №	29/2025 PREGÃO ELETRÔNI	CO Nº 15/2025
	prefeitura.	
	TABELA E	
	PAT / VAGAS DE EMPREGO	
	ITEM	APROVADO? (Sim/Não)
93.	Área com senha para o cidadão gerenciar seu currículo com os recursos: - Dados de identificação e login - Formação escolar - Cursos complementares - Experiências profissionais - Idiomas - Cargo pretendido - Pretensão salarial - Se está ou não empregado - Se é portador de deficiência (se sim, qual)	
94.	Geolocalização Mapa georreferenciado do município mostrando onde estão os candidatos disponíveis e as vagas disponíveis	
95.	Permitir cadastro de empresas onde as mesmas poderão cadastrar suas vagas disponíveis, sendo que estas não poderão aparecer diretamente na plataforma	
96.	Permitir que os cidadãos se candidatem às vagas disponíveis.	
97.	As vagas deverão ter as informações de: Enquadramento salarial Escolaridade Necessidade de CNH Tipo de contratação: CLT, autônomo ou estágio Se a vaga poderá ou não ser ocupada por PCD Texto livre para descrição dos requisitos da vaga e atribuições complementares	
98.	A prefeitura deverá ter recursos para moderar as vagas e as candidaturas.	
99.	Área com gráficos e relatórios exibindo: - Segmento das empresas cadastradas - Perfil das vagas - Perfil dos candidatos - Tipos de vagas por regime (CLT, autônomo e estágio) - Candidatos que participaram dos processos e foram contratados	
	TABELA F	
	DIÁRIO OFICIAL	

Praça Coronel Justiniano, 164 - Centro <u>www.prefeituradecambui.mg.gov.br</u> 37.600-000 - Cambuí-MG



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO №	29/2025 PREGÃO ELETRÔNIO	CO Nº 15/2025					
	ITEM	APROVADO? (Sim/Não)					
100.	Criação do arquivo da edição com ou sem assinatura digital, à critério do usuário.						
101.	Possuir recursos de atribuição de permissão de usuários de modo a facultar permitir que apenas usuários específicos possam finalizar o DO e também com a possibilidade de atribuir permissão para que alguns usuários apenas insiram atos em categorias pré-definidas						
102.	Cadastro parametrizado de ano, número, opção de ser edição extra e data de publicação.						
103.	Definição de categorias e subcategorias para organização das publicações						
104.	Uso integrado de assinatura eletrônica qualificada (assinatura digital ICP-Brasil) nos parâmetros do Decreto nº 10.543/2020						
105.	A ferramenta deverá ter opção de geração automática de sumário no momento em que gerar a edição do diário oficial.						
106.							
107.	107. A gestão de atos deverá constituir um recurso independente do DO, podendo ser cadastrado por usuários diferentes, em tempos diferentes, mesmo que não exista um DO definido para aquele ato.						
	Nessas situações, posteriormente um DO poderá agrupar os atos necessários para aquela publicação.						
	TABELA G E-Mail						
	ITEM						
108.	Área administrativa com: - Alerta de espaço em disco de cada usuário; - Criação, alteração e exclusão de contas; - Ativação/Inativação de usuário; - Ativação/Inativação de SMTP seguro; - Exportação;	(Sim/Não)					

TABELA H

- Filtros de busca.

Protocolo, processo e comunicação oficial

Praça Coronel Justiniano, 164 - Centro <u>www.prefeituradecambui.mg.gov.br</u> 37.600-000 - Cambuí-MG



Estado de Minas Gerais

PROCESSO №	29/2025 PREGÃO ELETRÔNI	CO Nº 15/2025
	ITEM	APROVADO? (Sim/Não)
109.	Assinatura digital: Permitir associação de certificado digital A1 ao usuário cadastrado	
110.	Assinatura digital:	
	Permitir que múltiplos usuários assinem eletronicamente o documento, mostrando o registro e validação de todas as assinaturas	
111.	Assinatura digital:	
	Permitir validação externa dos documentos assinados pela plataforma por QR-Code e também por URL + Código	
112.	Repositório de modelo de processos contendo: - Tipo de processo; - Nome do modelo; - Plugin HTML para edição do modelo com recursos como alinhamento, tipo de fonte, negrito, itálico, tabelas, numeração, entre outros - Etapas do processo	
113.	Alerta parametrizável se o usuário está de férias	
114.	Alerta parametrizável se o usuário está de atestado médico	
115.	Papel timbrado padrão, para que os modelos de documentos possam receber uma padronização de cabeçalho e rodapé (timbrado oficial)	
116.	Repositório de modelo de processos contendo: - Tipo de processo; - Nome do modelo; - Plugin HTML para edição do modelo com recursos como alinhamento, tipo de fonte, negrito, itálico, tabelas, numeração, entre outros - Etapas do processo	
117.	Possibilidade de associar os usuários ao plano de cargos em até 5 níveis.	
118.	Processos > Listagem - Filtrar por pelo menos 10 campos diferentes de busca.	
119.	Processos > Listagem - Alerta de urgências	
120.	Processos > Listagem - Indicativo visual de prazo com contador (quantos dias faltam para o prazo final)	
121.	Processos > Listagem - Indicativo visual de prazo com cores (vermelho para próximo de vencer ou vencido e demais cores de acordo com a lógica do sistema)	



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO №	29/2025 PREGÃO ELETRÔNIO	CO Nº 15/2025
122.	Processos > Listagem	
	- Indicativo visual de andamento, indicando o percentual	
	de conclusão das tarefas associadas à um processo.	
123.	Processos > Recursos	
	- Versionamento do processo, mantendo arquivado as versões	
	anteriores	
124.	Processos > Recursos	
	Convidar outros usuários para o processo, atribuindo-lhes	
	ações	
125.	Documentos oficiais > Listagem	
	- Filtrar por pelo menos 10 campos diferentes de busca.	
126.	Documentos oficiais > recursos	
	- Criar um documento baseado no banco de modelos	
127.	Documentos oficiais > recursos	
	- Enviar documento para usuários externos da plataforma	
128.	Documentos oficiais > recursos	
	- Enviar documento para usuários externos da plataforma	

TABELA DE REFERÊNCIA								
Itens atendidos	Percentual de referência	Status						
128	100%	APROVADA						
122	95,3%	APROVADA, mas precisará criar os itens não atendidos para a entrega final						
121 ou menos	94,5% ou menos	REPROVADA, próxima classificada será convocada.						

7 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), devem seguir as diretrizes do Decreto Municipal n.º 43/2023.

Fiscal de Contrato: Carolina Silva Souza

Gestor do Contrato: Carlos Alexandre de Oliveira Gonçalves

8 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento das despesas inerentes a presente aquisição, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

 04 122 0001 4078 - Manut. Da Secretaria de Administração de Fazenda 3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Ficha 88

9 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1. As especificações técnicas constantes neste Termo definem os elementos necessários e suficientes para caracterização do objeto, em consonância às exigências legais e ao interesse público.
- 9.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.
- 9.3. Fica eleito o foro desta Comarca para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização deste processo.

Cambuí, 20 de fevereiro de 2025.

SEBASTIÃO MARIO DE MOURA

Ordenador(a) de despesas/Secretaria de Administração e Fazenda



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

ANEXO 02

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- **1.1 Registro empresarial na Junta Comercial**, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);
- **1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- **1.3 Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores**, tratando-se de sociedade empresária;
- **1.4** Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratandose de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- **1.5 Decreto de autorização**, tratando-se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- **1.6** Tratando-se de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), apresentar **Declaração de Enquadramento ou Certidão Simplificada**, ambas expedidas pela respectiva Junta Comercial com data da expedição do exercício atual, para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei 123/2006.
- 1.7 Os microempresários individuais, por serem dispensados de apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial, deverão comprovar o ramo de atividade compatível mediante a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual.

2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 2.1 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) no Ministério da Fazenda;
- 2.2 Prova de **Inscrição no Cadastro de Contribuintes** pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto a ser contratado, a saber:
- 2.3 Se o Ramo de Atividade da empresa for Comércio, deverá apresentar prova da Inscrição Estadual.



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

- 2.4 Se o Ramo de Atividade da empresa for Prestação de Serviços, deverá apresentar prova da **Inscrição Municipal.**
- 2.5 Se o Ramo de Atividade da empresa envolver Comércio e Prestação de Serviços, deverá apresentar prova da Inscrição **Estadual e Municipal.**
- 2.6 Prova de **Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública Federal CND** (Certidão Negativa de Débito ou Positiva com efeitos de Negativa) relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Divida Ativa da União.
- 2.7 Prova de **Regularidade Fiscal para com a Fazenda Estadual**, referente ao domicílio ou sede do licitante, relativos a atividade da empresa, ou **a declaração de isenção ou de não incidência**, assinada pelo representante legal do licitante sob as penas da Lei.
- 2.8 Prova de **Regularidade Fiscal junto à Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante mediante apresentação da Certidão Negativa de **Tributos Mobiliários.**
- 2.9 Prova de **Regularidade Relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS** através do Certificado de Regularidade do FGTS CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.
- 2.10 Prova de **Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

3.1 CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, RECUERAÇÃO JUDICIAL OU CONCORDATA, expedida pelo

distribuidor da sede do licitante dentro do prazo de validade indicado no documento.



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

4. OUTRAS COMPROVAÇÕES

- 4.1 Declarações subscritas por representante legal do licitante, elaboradas em papel timbrado conforme modelos mostrado no **ANEXO 04** deste Edital, atestando:
- I) Que possui pleno conhecimento de todas as informações e das condições contidas no edital referente ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 29/2024.**
- II) Que está apta a participar de licitações e contratações administrativas, conforme respectivo Edital, não estando enquadrada em nenhum impedimento legal para licitar e contratar com o Município de Cambuí, Estado de Minas Gerais, especialmente no que tange ao §1º do art. 9º e artigo 14 da Lei nº 14.133/21. Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente certame licitatório, atendendo a todas as exigências feitas no referido instrumento convocatório, inclusive aquelas relativas ao cumprimento do objeto da licitação
- III) Que, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos em trabalho de qualquer natureza, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- IV) Que, em atendimento ao disposto no Art. 40 da Lei Orgânica do Município de Cambuí, não possui parentesco até o terceiro grau com o Prefeito, o Vice- Prefeito, os Vereadores e os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança e as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos deverão estar em plena vigência, ficando, porém, a critério do pregoeiro solicitar as vias originais de quaisquer dos documentos, caso haja constatação de fatos supervenientes.

O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

A falta de quaisquer dos documentos mencionados, ou a apresentação dos mesmos em desacordo como presente edital, implicará na inabilitação da licitante.

A licitante deverá apresentar os documentos correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual pretende firmar o contrato.

É vedada a mesclagem de documentos de estabelecimentos diversos, exceto aqueles documentos que,pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos em nome da matriz e, válidos para todas as suas filiais.

Poderão ser apresentadas **Certidões Positivas com efeitos de negativa**, conforme Artigo 206 do Código Tributário Nacional (Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1.966).

Todas as certidões e documentos deverão ser apresentadas na forma da Lei dentro do prazo de validade fixado nos documentos oficiais apresentados, ou de 90 (noventa) dias a contar da expedição dos mesmos, caso não estipulem qualquer prazo de validade.

Em atendimento ao disposto no Capítulo V da Lei Complementar Nº 123 de 14/12/06 e alterações na Lei Nº 147 de 07/08/14, serão observados os seguintes procedimentos:

- a) As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempresário Individual (MEI), por ocasião da habilitação, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação deregularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- b) Havendo alguma restrição quanto a regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for homologado o certame, para regularização da documentação.
- c) A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das **sanções** previstas no Artigo 155 da Lei Nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Não será aceita a substituição de documentos de habilitação por protocolo de requerimento de certidão.



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO № 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

ANEXO 03 MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO CONTRATO Nº. /2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ, sediada na Praça Coronel Justiniano, 164-Centro, na cidade de Cambuí, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 18.675.975/0001-85, neste ato representada pela Prefeita Municipal Sra. Cinthia Sanches Silva Pereira, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa, sediada na, Bairro, na cidade, Estado de, CEP, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pelo Sr., com poderes para representar a empresa nos termos do Contrato Social, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e avençado, e celebram, por força deste Instrumento, o presente Contrato, sujeitando-se às normas preconizadas na Lei nº 14.133/21 e no que consta no Processo Licitatório Nº. 29/2025, Pregão Eletronico Nº 15/2025, mediante /as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

1.1.Para todos os efeitos, incorporam-se como parte integrante deste contrato, independente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 29/2025 e seus anexos, a proposta e os documentos apresentados pela(s) empresa(s) signatária(s) do presente contrato.

CLÁUSULA II - DO OBJETO

- 2.1. Tem por objeto a contratação de empresa especializada em fornecimento e consultoria em plataforma integrada oficial do município para divulgação de informações, transparência, comunicação, atendimento, divulgação e tramitações internas e externas no formato SaaS, conforme Termo de Referência, nas condições descritas no ANEXO 01 Termo de Referência do Edital.
- 2. Observância de todas as condições do Termo de Referência, anexo I do Edital.



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

CLÁUSULA III - MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- 3.2 A fiscalização e gestao contratual devem seguir as diretrizes do Decreto Municipal 43/2023;
- 3.3 A **CONTRATANTE** ou seu representante legal poderá inspecionar cuidadosamente o produto que está sendo adquirido.
- 3.4 A inspeção de que trata o parágrafo anterior, não ausentará o fornecedor das responsabilidades contraídas em virtude do bom andamento do ajuste avençado.
- 3.5 O objeto da licitação deverá ser fornecido em conformidade com a Ordem de Fornecimento;
- 3.6. Por serem serviços no formato SaaS, com a grande maior parte dos serviços envolvendo as plataformas já prontas dos fornecedores, sem relevantes desenvolvimentos sob medida, a entrega deverá ocorrer em até **5 (cinco) dias**, a contar da contratação, contemplando os serviços:
- Migração de e-mail;
- Migração de dados do portal;
- Migração de dados das ferramentas de comunicação, protocolo, processos, ouvidoria, SIC e zeladoria;
- Disponibilização de aplicativos Apple e Android;
- Entrega e configuração do(s) novo(s) ambiente(s);
- Treinamento presencial;
- Inícios dos serviços complementares, conforme íntegra descrita no item 5 desse TR.
- 3.7 A Ordem de Compra poderá ser encaminhada por meio eletrônico.



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

P	R	0	CE	SS	0	Νo	29/	20	25
---	---	---	----	----	---	----	-----	----	----

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

CLÁUSULA IV - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE EMPENHO

- 4.1. A aquisição do objeto do presente contrato serão autorizadas, conforme a necessidade, pelo ordenador de despesas.
- 4.2. A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo Prefeito Municipal, vinculando o contratado, nos termos do edital, ata e deste contrato, a partir do seu recebimento.

CLÁUSULA V - DOS VALORES E DOS PAGAMENTOS CONTRATUAIS

5.1.	O valor para o forne	ecimento e entre	ga do(s)	produto(s)	acima	descrito(s)	é de l	R\$	
(), confor	me tabela a seg	uir:						

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR	VALOR TOTAL
					MÉDIO	
					UNITÁRIO	

- 5.2. O pagamento somente será efetuado depois de satisfeitas todas as condições de entrega previstas no edital.
- 5.3. Após o recebimento do objeto contratado ou parcela dele, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias da liquidação da documentação, a contar do recebimento definitivo do produto e, após apresentação, pelo órgão requisitante, da nota fiscal à Coordenadoria de Contabilidade da Secretaria da Fazenda do Município de Cambuí MG por meio de depósito em conta-corrente, através de Ordem Bancária.
- 5.3.1. O pagamento somente será liberado após a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura Praça Coronel Justiniano, 164 Centro



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO № 29/2025

devidamente discriminada, em nome do Município de Cambuí - MG – Poder Executivo, CNPJ № 18.675.975/0001-85.

5.3.2. Os arquivos eletrônicos dos documentos fiscais (arquivo XML e a DANFE da NFE ou NFSE) deverão ser encaminhados pela empresa adjudicatária, obrigatoriamente, para o e-mail

contabilidadeprefeituradecambui@hotmail.com.

- 5.4. Os pagamentos serão realizados pelo Município de Cambuí MG mediante depósito bancário em favor da beneficiária, que deverão indicar a instituição bancária, a agência, a localidade e a conta corrente para que seja realizada a operação correspondente.
- 5.5. Nos pagamentos efetuados pela Administração, serão obrigatoriamente retidos na fonte os tributos e contribuições de que dispõe o art. 64, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.
- 5.6. Na pendência de obrigações decorrentes da imposição de penalidades, a signatária não terá direito ao recebimento de seus créditos; cessadas as causas da suspensão os pagamentos serão retomados, sem a aplicação da correção do valor prevista no item anterior.
- 5.7. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da signatária importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Município de Cambuí MG Poder Executivo.

CLÁUSULA VI - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E REAJUSTE

O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses, contados da data da assinatura, podendo ser prorrogado pelo período máximo previsto na legislação vigente da Lei 14.133/2021. Caso haja prorrogação o índice de reajuste será o IPCA, em acordo com a data base da pesquisa de preço, ou seja, data base do orçamento estimado.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando Praça Coronel Justiniano, 164 - Centro <u>www.prefeituradecambui.mg.gov.br</u>



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

todas as exigências contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 29/2024, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

- 7.2. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender.
- 7.3. Efetuar a entrega de acordo com as especificações.
- 7.4 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.5. Compete à signatária, por sua conta e exclusiva responsabilidade:
- a) observar rigorosamente as normas técnicas em vigor, as especificações do edital e as cláusulas deste Ato;
- b) responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento e entrega do(s) produtos(s) objeto deste contrato, inclusive impostos, taxas e contribuições, fretes, embalagens, seguros e eventuais perdas e danos;
- c) manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) fornecer o(s) produto(s) nos termos especificados no objeto deste instrumento, observadas as respectivas quantidades e preços, e entregá-los de acordo com a(s) Ordem(ns) de Compra.
- 7.6 Manter toda documentação de habilitação exigidos no Anexo 02 do Instrumento Convocatório em dia
- 7.7. Responder por eventuais danos causados a terceiros quando da execução do contrato ou em decorrência de defeitos no objeto do mesmo.
- **7.8.** A CONTRATADA deverá prestar garantia de funcionamento dos equipamentos durante o período de 12 (doze) meses, contados a partir da entrega dos mesmos.

Praça Coronel Justiniano, 164 - Centro <u>www.prefeituradecambui.mg.gov.br</u> 37.600-000 - Cambuí-MG



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

7.9 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoacom deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz

CLÁUSULA VIII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 1.1 São obrigações do Contratante, além das previstas no edital, Termo de Referência e demais anexos:
- 1.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 1.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 1.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou emparte, às suas expensas;
- 1.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 1.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 1.1.6 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 1.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura para adoção das medidascabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 1.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadasà execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

CLÁUSULA IX- CLÁUSULA DE ÁLEA ECONÔMICA E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1 Fica assegurado às partes, em especial à Contratada, o direito à preservação do equilíbrio econômico-financeiro deste contrato, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

9.2 O contrato poderá ser reequilibrado em virtude de eventos supervenientes que não sejam decorrentes da vontade ou do controle das partes, caracterizados como álea extraordinária e imprevisível, como:

- a) Mudanças econômicas abruptas, como crises financeiras, inflação ou deflação extraordinárias;
- b) Alterações significativas na legislação fiscal, tributária ou regulatória que impactem diretamente os custos contratuais;
- c) Catástrofes naturais, pandemias, ou situações de força maior que inviabilizem o cumprimento das obrigações conforme o originalmente pactuado.
- 9.3 Em ocorrendo uma situação que afete o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Contratada poderá solicitar à Administração Pública o reequilíbrio contratual, mediante apresentação de justificativa formal acompanhada de documentação comprobatória dos impactos sofridos.
- 9.4 A Administração Pública, ao receber o pedido de reequilíbrio, compromete-se a analisá-lo em 60 dias, conforme os procedimentos estabelecidos pela legislação aplicável. Havendo a constatação de desequilíbrio, a Administração procederá à revisão das condições contratuais, seja por ajuste de valores, ampliação de prazos ou outro meio adequado para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
- 9.5 Não será admitido reequilíbrio econômico-financeiro em virtude de variações normais e previsíveis do mercado, as quais foram consideradas quando da formulação da proposta pela Contratada, ou de eventos resultantes de má gestão, dolo ou culpa de qualquer das partes.

CLÁUSULA X- MATRIZ DE RISCO

- 10.1 Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE:
- 10.1.1 Risco de fornecedor inadequado;
- 10.1.2 Risco de orçamento excedido.
- 10.1.3 Álea econômica extraordinária considerada a flutuação de mercado acima de 15%.
- 10.2 Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATADO:



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

- 10.2.1 Atraso na entrega do objeto;
- 10.2.2 Entrega do objeto inferior ao esperado.
- 10.2.3 Álea econômica até 15% (inclusive).
- 10.3 Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes:
- 10.3.1 Quebra de contrato.

CLÁUSULA XI- DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 Os recursos necessários ao atendimento das despesas inerentes a presente aquisição, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias: **Dotação Orçamentária**:

Os recursos necessários ao atendimento das despesas inerentes a presente aquisição, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04 122 0001 4.078 – MANUTENÇÃO DAS SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA –
 3390 4000 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – FICHA 88

CLÁUSULA XII - DAS PENALIDADES

12. 1 Do impedimento de licitar e contratar:

- 12.3.1 Ficará impedida de licitar e contratar, nos termos do artigo 156, III da Lei 14.133/2021, pelo prazo de até 3(três) anos, a pessoa física ou jurídica que praticar as seguintes infrações legais previstas no artigo 155:
- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Praça Coronel Justiniano, 164 - Centro <u>www.prefeituradecambui.mg.gov.br</u> 37.600-000 - Cambuí-MG



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO № 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

12.2 Das multas:

- 12.2.1 Até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do empenho, no caso de inexecução total ou 5% (cinco por cento) no caso da inexecução parcial do objeto contratado sobre o valor da obrigação não cumprida.
- 12.2.2 O atraso injustificado na entrega dos materiais, sem prejuízo do disposto no **12..**, sujeitará a contratada/detentora à multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:
- a) de 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias corridos;
- b) superados os 15 (quinze) dias corridos, a partir do 16º a multa será de 1% (um por cento) ao dia, limitado a 30 (trinta) dias corridos e aplicada em acréscimo à do **subitem "a)".**
- c) após 30 (trinta) dias corridos, fica caracterizada a inexecução total, aplicando-se o disposto no item
 12.2.3 cumulativamente a este.
- d) O material não aceito deverá ser substituído dentro do prazo fixado pela administração, que não excederá a 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação.

Parágrafo único – A não ocorrência de substituição ou regularização dentro do prazo estipulado ensejará a aplicação da multa prevista no **subitem "a)"**, considerando-se a mora nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido deste item.

- 12.2.4 O pedido de prorrogação de prazo final da entrega dos materiais somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente.
- 12.2.5 As multas referidas neste Edital não impedem a aplicação de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 12.3 <u>Da Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar:</u>



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO № 29/2025 PREGÃO ELETRÔNICO № 15/2025

- 12.3.1 Será considerado inidôneo para licitar e contratar, nos termos do artigo 156, IV da Lei 14.133/2021, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis), a pessoa física ou jurídica que praticar as infrações legais previstas no artigo 155, incisos VIII ao XII do mesmo diploma legal:
- 12.3.1.1 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.3.1.2 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.3.1.3 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.3.1.4 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.3.1.5 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.3.2A sanção estabelecida 12.3.1.5, será precedida de análise jurídica, considerando reincidências de faltas, sua natureza e gravidade, e observará as regras previstas do § 6º ao § 9º do Art. 156 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA XIII – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 13.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 13.1.1 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 13.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 13.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO № 15/2025

da data da comunicação.

13.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como

amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará

rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado

termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido: Balanço dos eventos contratuais

já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

CLÁUSULA XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Integram este contrato, independente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 15/2025

e seus anexos e a(s) proposta(s) apresentada(s) pelo(s) licitante(s) no certame supra numerado.

14.2 Fica eleito o foro de Cambuí - MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização do

presente contrato.

14.3 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis nº 14.133/21 e demais normas

aplicáveis.

Cambuí - MG ,xx de xxxxx de 2024.

Praça Coronel Justiniano, 164 - Centro <u>www.prefeituradecambui.mg.gov.br</u> 37.600-000 - Cambuí-MG



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO № 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

SEBASTIÃO MARIO DE MOURA

Ordenador(a) de despesas/Secretaria de Administração e Fazenda

CARLOS ALEXANDRE DE OLIVEIRA GONÇALVES Gestor de Contrato

CAROLINA SILVA SOUZA

Fiscal de Contrato

Cinthia Sanches Silva Pereira

Prefeita

Nome do licitante

Nome do representante legal do licitante

Documento de identidade do representante legal

do licitante



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

ANEXO 05 DECLARAÇÃO GERAL PARA LICITAÇÃO

DECLARAÇÃO GERAL PARA LICITAÇÃO

(Nome				pessoa				jurídica) , CNPJ		
nº.					_	sediada	(er	ndereço	cc	ompleto) neste
	representada legal)	legalmente	por	(nome	е	qualificação	do	represen		
penas (da lei							, declara	a sod a	as

- Que possui pleno conhecimento de todas as informações e das condições contidas no edital referente ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 15/2025.**
- Que está apta a participar de licitações e contratações administrativas, conforme respectivo Edital, não estando enquadrada em nenhum impedimento legal para licitar e contratar com o Município de Cambuí, Estado de Minas Gerais, especialmente no que tange ao §1º do art. 9º e artigo 14 da Lei nº 14.133/21.
- Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente certame licitatório, atendendo a todas as exigências feitas no referido instrumento convocatório, inclusive aquelas relativas ao cumprimento do objeto da licitação
- Que, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos em trabalho de qualquer natureza, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO № 29/2025 PREGÃO ELETRÔNICO № 15/2025

• Que, em atendimento ao disposto no Art. 40 da Lei Orgânica do Município de Cambuí, não possui parentesco até o terceiro grau com o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os ocupantes de cargo

- em comissão ou função de confiança e as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo.
- DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013.

(Local e data).

Assinatura do representante legal Empresa
Cargo: Razão Social

CPF Nº. CNPJ Nº.



Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

PROCESSO Nº 29/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

ANEXO 06 MODELO DE DECLARAÇÃO ME/EPP

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório,
que a empresa (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº é microempresa
ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº
123, de 14 de dezembro de 2.006, bem como no ano calendário de realização da licitação, ainda
não tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a
receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, cujos
termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito da preferência como
critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão Eletronico Nº. 15/2025, realizado pela
Prefeitura Municipal de Cambuí.
DECLARO ainda que, no presente ano-calendário, ainda não foram celebrados contratos com a
Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins
de enquadramento como empresa de pequeno porte (R\$ 4.800.000,00).
Local e data.
Nome da empresa Nome
CI Nº CPF Nº

Praça Coronel Justiniano, 164 - Centro <u>www.prefeituradecambui.mg.gov.br</u> 37.600-000 - Cambuí-MG

Cargo